

# **A Importância Geoestratégica de Cabo Verde na Parceria Especial com a União Europeia**

**Sara Lorena de Fátima Santos Fonseca**

**Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas e  
Relações Internacionais, especialização em  
Relações Internacionais**

**Setembro, 2019**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Major-General José Filipe da Silva Arnaut Moreira e coorientação da Professora Teresa Ferreira Rodrigues.

## DEDICATÓRIA

*Ao meu pai Homero Fonseca*

*“A mais bela e marcante herança que um Pai  
pode deixar ao seu filho, é a construção do  
carácter e os passos a serem seguidos.”*

## AGRADECIMENTOS

Tudo o que um sonho precisa para se tornar realidade, é de alguém que acredite que ele pode se tornar realidade. Contudo, este sonho se tornou realidade, não apenas pelo meu mérito, mas por um conjunto de pessoas às quais nunca devemos esquecer-nos de agradecer e de mencionar.

E hoje eu só quero Agradecer:

Primeiramente, quero agradecer a um Ser Superior e Divino que sempre esteve junto a mim, principalmente nos momentos difíceis, quando fechei os olhos e senti o Seu apoio. Pois durante a caminhada, muitas vezes, posso ter perdido o foco mas não perdi a fé... Um muito obrigada ao Bom Deus, pelas oportunidades, pelas facilidades, pelos desafios que contigo sempre superei e, principalmente, pela proteção.

Um muito obrigada ao meu orientador, José Filipe da Silva Arnaut Moreira, pela exigência, empenho e persistência para que eu terminasse este trabalho, e principalmente por ter sido um orientador presente. Um muito obrigada também a coorientadora Teresa Ferreira Rodrigues.

Um muito obrigada aos meus pais, Homero Fonseca e Maria Ondina Fonseca, que sempre acreditaram que este dia chegaria, bem como às minhas irmãs, Gilda Fonseca e Laurinês Fonseca, minhas maiores incentivadoras. Fi-lo por vós.

Um muito obrigada a toda minha família que mesmo distante sempre se fizeram presentes.

Um muito obrigada, em especial a Yara Andrade pelas importantíssimas correções e apoio. Sem ti, isto não seria possível. Um muito obrigada a todos os amigos que de uma forma ou de outra sempre incentivaram-me a terminar este trabalho.

Um muito obrigada ao tio António Espírito Santo Fonseca, ao Sr. José Armando Duarte, ao Sr. António Nascimento e ao Sr. Diplomata Alcides de Barros por terem aberto um tempinho nas suas respetivas agendas cheiras para responderem as minhas perguntas.

Um muito obrigada a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização desta dissertação.



# **A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DE CABO VERDE NA PARCERIA ESPECIAL COM A UNIÃO EUROPEIA**

**SARA LORENA DE FÁTIMA SANTOS FONSECA**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Cabo Verde, cooperação, geoestratégia, Parceria Especial, política externa, União Europeia

A presente dissertação tem como principal objetivo desenvolver uma análise sobre a importância geoestratégica de Cabo Verde e sobre como este facto, na ordem internacional, pode trazer benefícios para a política externa da União Europeia, por meio da Parceria Especial.

A referida parceria tem como base um diálogo permanente sobre a evolução de Cabo Verde e introduziu novas dimensões no relacionamento deste com a União Europeia. Ela pretende ultrapassar a mera relação de dador-beneficiário e abarcar outros interesses comuns, em matéria de segurança e desenvolvimento, de modo a permitir um grau de cooperação significativamente maior e que possibilite a Cabo Verde participar progressivamente em políticas e programas da União Europeia.

Cabo Verde, país com uma posição geográfica privilegiada no Atlântico Norte e situado na vizinhança da União Europeia, almeja com esta Parceria Especial beneficiar da grande experiência desta, em vários domínios de interesse comum, para a melhoria das condições de vida dos seus cidadãos.

## **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** Cape Verde, cooperation, geostrategy, Special Partnership, foreign policy, European Union

This dissertation aims to develop an analysis of the geostrategic importance of Cape Verde and how this, in the international order, can bring benefits to the foreign policy of the European Union through the Special Partnership.

This partnership is based on a permanent dialogue on Cape Verde's evolution and introduced new dimensions in its relationship with the European Union. It aims to go beyond mere donor-beneficiary relations and to embrace other common security and development interests to enable a significantly greater degree of cooperation and to enable Cape Verde to participate progressively in EU policies and programs.

Cape Verde, a country with a privileged geographical position in the North Atlantic and located in the vicinity of the European Union, aims with this Special Partnership to benefit from its extensive experience in various areas of common interest for the improvement of the living conditions of its citizens.

# ÍNDICE

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice.....	vii
Lista de abreviaturas.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo I: Enquadramento teórico.....	4
I.1. Relações Internacionais.....	4
I.2. Conceito de cooperação.....	6
I.3. Conceito de política externa.....	12
Capítulo II: Cabo Verde.....	15
II.1. Cabo Verde – breve historial.....	15
II.2. A importância da localização geoestratégica de Cabo Verde.....	19
II.3. A política externa de Cabo Verde.....	22
II.4. O desenvolvimento como prioridade estratégica.....	29
Capítulo III: União Europeia.....	36
III.1. União Europeia – breve historial.....	36
III.2. A política externa europeia.....	41
III.3. Prioridades e objetivos da política externa europeia.....	48
III.4. Outras parcerias estratégicas.....	54
Capítulo IV: A Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia.....	58
IV.1. As relações externas entre Cabo Verde e a União Europeia.....	58
IV.2. Das relações bilaterais à Parceria Especial.....	60

IV.3. Os grandes objetivos da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia .....	63
IV.4. Os pilares da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia.....	65
Capítulo V: Contributos para o desenvolvimento da Parceria Especial.....	69
V.1. Análise crítica .....	71
V.2. O aprofundamento da Parceria Especial CV/UE: O caminho a seguir.....	73
Capítulo VI: Considerações finais.....	76
Bibliografia.....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Acordo de Cotonou
ACLAA	Acordos de Comércio Livre Abrangentes e Aprofundados
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CE	Comunidades Europeias
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CED	Consenso Europeu sobre Desenvolvimento
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEE	Comunidade Económica Europeia
CPE	Cooperação Política Europeia
CV	Cabo Verde
EES	Estratégia Europeia de Segurança
EUA	Estados Unidos da América
EUGS	Estratégia Global da União Europeia
EURATOM	Comunidade Europeia da Energia Atómica
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FMI	Fundo Monetário Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde
PANA	Plano de Ação Nacional para Ambiente
PCC	Política Comercial Comum
PD	Países Desenvolvidos
PEGV	Política Europeia da Grande Vizinhança
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e de Defesa
PEV	Política Europeia de Vizinhança
PIN	Programa Indicativo Nacional
PRM	País de Rendimento Médio

PVD	Países em Vias de Desenvolvimento
RUP	Regiões Ultraperiféricas
SEAE	Serviço Europeu para a Ação Externa
SPG+	Sistema Preferencial Generalizado plus
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zona Económica Exclusiva

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação pretende demonstrar a importância geoestratégica de Cabo Verde (CV), destacar os pontos estratégicos da sua política externa e identificar como que a Parceria Especial (PE) é fundamental e benéfica para as relações com a União Europeia (UE), bem como as vantagens desta parceria e identificar os aspetos onde devem também haver melhorias.

O posicionamento geográfico estratégico de Cabo Verde, no entroncamento de importantes rotas marítimas e aéreas, e sua muito relevante Zona Económica Exclusiva (ZEE) privilegiou e privilegia o mesmo como um importante candidato a alianças com países do seu entorno e potências extrarregionais.<sup>1</sup>

Apesar do seu passado histórico profundo e amargamente marcado por secas e fomes cíclicas e pela emigração, do qual resultou uma importante diáspora espalhada pela África, Europa e América, na sua conjuntura atual, a República de Cabo Verde é considerada um país com estabilidade e paz social, pelo que desfruta de uma boa imagem entre governos, empresas e instituições financeiras internacionais. (GOVERNO DE CABO VERDE)

Portanto, a localização e configuração geográfica de Cabo Verde constituem potencialidades naturais que, juntamente com a reconhecida estabilidade política do país, são garantias de funcionalidade e sustentabilidade para que o mesmo se afirme como plataforma operacional no seu espaço geopolítico.

É neste sentido que Cabo Verde se encontra numa forte relação com a Europa enquanto parceiro incontornável. O futuro do país não pode ser equacionado sem se ter em conta esta realidade que extravasa a importância política e económica. Afinal, num mundo cada vez mais globalizado, um Estado que se quer moderno só tem visibilidade através da sua inserção dinâmica no contexto internacional.

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Sérgio “Cabo Verde: Potencialidades e Fragilidades no Entorno Estratégico Marítimo Brasileiro” disponível em [https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/XV\\_cadn/cabo\\_verde\\_potencialidades\\_e\\_fragilidades\\_no\\_entorno\\_estrategico\\_maritimo\\_brasileiro.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/XV_cadn/cabo_verde_potencialidades_e_fragilidades_no_entorno_estrategico_maritimo_brasileiro.pdf)

O campo das relações internacionais concerne aos relacionamentos entre aqueles governos do mundo que são Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU). Mas esses relacionamentos não podem ser entendidos isoladamente. Eles estão fortemente conectados com outros atores (como organizações internacionais, corporações multilaterais, e indivíduos), com outras estruturas sociais (incluindo economia, cultura e política doméstica) e com as influências históricas e geográficas.<sup>2</sup>

De acordo com GONÇALVES (2002), *“a realidade das relações internacionais é extremamente ampla, incluindo fenómenos que dizem respeito a diversos domínios da vida em sociedade e relativos a situações tanto de conflitos como de cooperação”*.

A cooperação é definida, segundo MONTEIRO (2009), como *“a criação de mecanismos e estabelecimento de laços de solidariedade, para compensar o fosso cada vez maior, entre os Países Desenvolvidos (PD) e os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD)”*. Pode, ainda, ser entendida como um trabalho em comum de colaboração e ato de ajuda ao desenvolvimento, o qual se tem revelado um instrumento indutor de melhorias nas condições de vidas de muitos povos, principalmente dos menos desenvolvidos, com é o caso de Cabo Verde.

WILLIAMS GONÇALVES (sem data) define a política externa como *“o conjunto de ações que um Estado exerce para fora de suas fronteiras, tanto mediante relações com outros Estados (bilaterais ou multilaterais), como mediante relações com organizações internacionais e outros atores do sistema internacional”*.

A política externa e a diplomacia constituem vetores privilegiados de perscrutação do percurso histórico-político de uma nação arquipelágica e diaspORIZADA, como é o caso paradigmático de Cabo Verde. Assim sendo, a política externa cabo-verdiana tem sido um importante vetor na implementação da estratégia de desenvolvimento do país, através da mobilização dos recursos e de estabelecimento de redes de parcerias. (ROCHA, 2010)

Com isso, tem-se verificado um grande incentivo do país na procura de novas parcerias externas, mantendo uma linha de atuação adaptada aos princípios da sua política externa, a fim de preservar e aumentar a credibilidade externa.

A União Europeia tem estado ao lado de Cabo Verde desde a sua independência em 1975. A relação entre ambas as partes rege-se pelo Acordo de Cotonou (AC) adotado

---

<sup>2</sup> DELGADO, José Pina; VARELA, Odair Barros; COSTA, Suzano. (2014) *“As Relações Externas de Cabo Verde. (Re)Leituras Contemporâneas”*. Praia. Editora ISCJS, 2014

em 2000 para substituir a Convenção de Lomé de 1975 e foi reforçada pela Parceria Especial em 2007, pelas relações económicas e comerciais (Acordo de Pescas e sistema Comercial Preferencial) e pelas modalidades de cooperação descentralizada com a sociedade civil e autoridades municipais.

A UE e Cabo Verde são também aliados na luta contra desafios globais, nomeadamente a luta contra a pobreza, contra as desigualdades sociais, contra a insegurança e contra as alterações climáticas, temáticas que afetam as suas populações. Ambos defendem valores fundamentais como a defesa dos direitos humanos, a democracia e a boa governação.

Referente à Parceria Especial, esta é uma relação assente num diálogo político permanente. Entretanto, a parceria abrange muitos outros interesses comuns e ambas as partes beneficiam com a cooperação reforçada. A União Europeia valoriza a cooperação com parceiros que partilham os valores democráticos e que os traduzem em políticas bem-sucedidas para o desenvolvimento sustentável e Cabo Verde beneficia da grande experiência da UE em vários domínios para melhorar as condições de vida da sua população.

Posto isto, desenvolveu-se a presente tese cuja hipótese orientadora centra-se no facto de que a União Europeia, enquanto parceira estratégica no desenvolvimento de Cabo Verde, constitui uma realidade estável à prossecução da política externa de Cabo Verde. A pesquisa parte de duas perguntas de partida, nomeadamente “De que modo a posição geoestratégica de Cabo Verde poderá contribuir para aprimorar a cooperação com a União Europeia?” e “Sendo a política externa um meio para os Estados atingirem seus objetivos no cenário internacional, qual a importância da Parceria Especial tanto para Cabo Verde como para a União Europeia?”.

Pretende-se analisar a geopolítica e geoestratégia de Cabo Verde, bem como as suas relações multilaterais com novos atores internacionais e demonstrar os aspetos importantes para a política externa da União Europeia, visando o aprofundamento das relações Europa – Cabo Verde. Ao longo do trabalho, pretendo também demonstrar o valor desta parceira para Cabo Verde e como o Estado vem priorizando, na sua política externa, este vínculo com a União Europeia.

Para levar a cabo a elaboração deste trabalho, composta por seis capítulos, será utilizado o método qualitativo e, a fim de aprofundar os conhecimentos sobre o tema e

obter respostas para as perguntas de partida, recorrer-se-á a técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

## CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### I.1. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais têm como objeto de estudo as variáveis que interferem diretamente na sociedade internacional e consistem em estudos integrados, generalistas e abrangentes. (JÚNIOR e MATOS, 2006)

Em função disso, adiantam JÚNIOR e MATOS (2006), “*aparecem as dúvidas quanto à definição do objeto de estudo desta disciplina, destacando principalmente a sua característica multidisciplinar*”, envolvendo o estudo de várias cadeiras como o direito, a economia, a política, a história, a sociologia, entre outras.

Segundo GONÇALVES (sem data) recorrer às definições não é a melhor forma de apresentar uma disciplina já que, além de ser difícil encontrar uma que seja capaz de exprimir o conteúdo da disciplina com a objetividade e a abrangência necessárias, qualquer uma das definições que venha a ser escolhida será, inevitavelmente, alvo das mais diversas contestações.<sup>3</sup>

Por isso, GONÇALVES distingue Relações Internacionais das outras disciplinas que apresentam também uma dimensão internacional, tais como a Política Internacional e a Política Externa e cita Phillippe Braillard e Mohammad-Reza Djalili para definir Relações Internacionais como “*o conjunto de relações e comunicações que os grupos sociais estabelecem através das fronteiras*”.<sup>4</sup>

As Relações Internacionais são matéria de estudos desde a Paz de Westphalia, em que se formou o sistema europeu de Estados, e autores como Nicolau Maquiavel, Jean-Jacques Rousseau, entre outros, partiram de pressupostos como a paz e a guerra para explicarem as relações existentes entre os Estados e as sociedades.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> GONÇALVES, Williams “Relações Internacionais” disponível em [http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf)

<sup>4</sup> Idem

<sup>5</sup> JÚNIOR, António M. e MATOS, Morgana de (2006), “Introdução às Relações Internacionais” – Livro Didático, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, UniVisual.

O estudo específico das Relações Internacionais, tal como o conhecemos atualmente, surgiu nos Estados Unidos e na Inglaterra e sabe-se, segundo Gonçalves, que a primeira cátedra universitária deste estudo apareceu em 1919, na Universidade de Gales.

De acordo com JÚNIOR e MATOS (2006), na Inglaterra, os estudos da disciplina descenderam da cooperação acadêmica entre a diplomacia e os diferentes segmentos universitários, caracterizando, entre outros fatores, as questões culturais como aspetos extremamente importantes na composição das Relações Internacionais.

Em função da realidade mundial existente no pós Segunda Guerra Mundial (com a corrida armamentista e a busca pelo poder mundial, que ficou conhecida como a Guerra Fria), os Estados Unidos investiram nas pesquisas sobre Relações Internacionais tendo como objetivo direto resolver os problemas concretos enfrentados pelo Estado, assumindo um carácter prático.

Por outro lado, a definição das relações internacionais como objeto de estudo não é aleatória porque, independentemente da orientação seguida, alguns elementos característicos impõem-se como obrigatórios a qualquer uma das definições que venha a ser elaborada. Por essa razão, elas guardam muitas semelhanças entre si e, na maioria das vezes, apresentam distinções sutis. Por exemplo, por mais restrita que se queira definir o objeto das relações internacionais, não há como deixar de considerar as relações políticas entre os Estados como seu componente importante.

As variadas definições da realidade das relações internacionais podem ser sintetizadas em dois grandes grupos. O primeiro deles é aquele cujas definições compreendem os fenômenos de paz e guerra, armas nucleares e desarmamento, imperialismo e nacionalismo, relações assimétricas entre sociedades ricas e sociedades pobres, preservação do meio ambiente, combate ao narcotráfico, combate ao terrorismo internacional, defesa dos direitos humanos, influência das instituições religiosas, organizações internacionais, processos de integração regional, formação e fragmentação dos Estados, comércio e ação das corporações multinacionais, raça e gênero em todo o mundo, desenvolvimento e transferência de tecnologia e globalização. O segundo grupo apresenta as relações internacionais como o resultado das relações entre os Estados. Enquanto no primeiro grupo de definições a realidade das relações internacionais é apresentada como extremamente ampla, incluindo fenômenos que dizem respeito a diversos domínios da vida em sociedade e relativos a situações tanto de conflito como de cooperação, no segundo grupo, essa realidade é apresentada como, fundamentalmente,

constituída por conflitos entre os interesses respetivos a cada Estado. No primeiro grupo, qualquer um dos fenômenos citados pode assumir a condição de objeto de análise das Relações Internacionais. Por sua vez, no segundo, tais fenômenos são concebidos como produto das relações diplomáticas, militares e estratégicas que os Estados estabelecem entre si.<sup>6</sup>

De facto, se durante muito tempo as preocupações das Relações Internacionais estavam essencialmente ligadas às questões de guerra e paz, no pós-Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), outras preocupações vieram juntar-se a estas, já que a realidade que envolve as Relações Internacionais é muito ampla e contemporânea, abrangendo *conflitos* (por um lado) e *ações de cooperação* entre as sociedades (por outro lado).<sup>7</sup>

As ações de cooperação começaram a intensificar-se nas Relações Internacionais, não só no que toca a questões de guerra e paz (por exemplo a constituição dos blocos de influência política e militar como são os casos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia), mas também e, sobretudo, no que toca a ações de Cooperação para o Desenvolvimento. (JÚNIOR e MATOS, 2006)

A disseminação da industrialização e da modernidade para todas as sociedades fez com que uma das dimensões marcantes nas relações internacionais desde a Segunda Guerra Mundial fosse a expansão e institucionalização da cooperação internacional.

## I.2. CONCEITO DE COOPERAÇÃO

De acordo com MONTEIRO (2009), Maria Manuela Afonso define cooperação como “*a criação de mecanismos e estabelecimento de laços de solidariedade, para compensar o fosso cada vez maior, entre os Países Desenvolvidos e os Países em Vias de Desenvolvimento*”.

---

<sup>6</sup> GONÇALVES, Williams “Relações Internacionais” disponível em [http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos\\_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf)

<sup>7</sup> JÚNIOR, António M. e MATOS, Morgana de (2006), “Introdução às Relações Internacionais” – Livro Didático, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, UniVisual.

Para a autora, “a cooperação pode, ainda, ser entendida como um trabalho em comum, de colaboração, e ato de ajuda ao desenvolvimento” e esse trabalho tem-se revelado um instrumento indutor para a melhoria das condições de vida de muitos povos, principalmente dos menos desenvolvidos (MONTEIRO, 2009).

Segundo AFONSO e FERNANDES (2005), o conceito de cooperação para o desenvolvimento e o financiamento para o desenvolvimento são muito amplos, incluindo uma grande diversidade de fluxos, quanto à origem e natureza, visando promover o desenvolvimento económico e social nos países menos desenvolvidos.

FONSECA (2016) apresenta o significado etimológico da palavra cooperar como atuar conjuntamente com outros para conseguir um mesmo fim.

FONSECA-STATTER (2012) afirma que, em rigor, a expressão cooperação implica, e historicamente, começa por se basear numa igualdade, não só *de jure*, mas sobretudo *de facto* entre as partes cooperantes. O mesmo autor exemplifica com “o caso das múltiplas organizações internacionais, muitas delas fundadas em fins do século XIX e que pouco ou nada têm a ver com Ajuda Pública ao Desenvolvimento”. Dir-se-á a esse respeito que os Estados soberanos mais desenvolvidos começaram, desde há muitas décadas, por cooperar entre si para a resolução pragmática de problemas comuns.<sup>8</sup>

Segundo FONSECA-STATTER (2012) a expressão cooperação, quando utilizada no contexto das relações internacionais, deveria ser reservada para o tipo de relações em que todos os Estados participantes contribuem, de facto, em pé de igualdade e cada um de acordo com a sua especificidade.

O autor exemplifica com o caso de organizações internacionais ou intraestatais que se ocupam da cooperação, por exemplo, no controle da qualidade do ambiente, da meteorologia, dos acordos e convénios relativos ao tráfego aéreo ou marítimo ou ainda da cooperação na utilização internacional dos diversos meios de telecomunicação.

Em contraponto, a própria e entretanto emergente prática da referida Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) implica o reconhecimento do facto banal de que se é verdade que em princípio todos os países são iguais em direitos e obrigações, sucede na

---

<sup>8</sup> FONSECA-STATTER, Guilherme. (2012) “Cooperação Internacional para o desenvolvimento, Variações incorretas sobre um tema politicamente correto: O Caso da África Sub-sahariana” (versão provisória) disponível em [http://resistir.info/livros/statter\\_cooperacao\\_internacional.pdf](http://resistir.info/livros/statter_cooperacao_internacional.pdf)

prática que uns países (os mais ricos) acabam por ser “mais iguais” do que outros países (os mais pobres).<sup>9</sup>

O autor chama a atenção para o facto de a expressão cooperação internacional ter acabado por vir a ser conotada, quase que exclusivamente e com toda a naturalidade, à prática de APD.

Contudo, FONSECA-STATTER (2012) entende que se deve considerar que a ideia de cooperação, entendida no atual e mais comum sentido de ajuda pública ao desenvolvimento, tem também implícita a ideia generosa (e então revolucionária) da fraternidade e solidariedade entre os povos, surgida com os ideais do Iluminismo e expressas nas revoluções americana e francesa, em fins do século XVIII.

DOUGHERTY e PFALTZGRAFF (2003) indicam que “*a cooperação tem sido definida como um conjunto de relações que não estão baseadas na coação ou no constrangimento, antes estão legitimadas através do consentimento mútuo dos intervenientes*”.

Os Estados podem desenvolver relações cooperativas em resultado da sua participação em organizações internacionais e em outras formas de cooperação como os regimes internacionais.<sup>10</sup>

Segundo FONSECA (2016), a partir da segunda metade do século XX, a cooperação internacional fortaleceu-se como uma importante ferramenta de relacionamento entre os diversos atores do sistema internacional.

De acordo com COSTA (2007), o processo de integração e de cooperação internacional assenta o cerne da sua argumentação num ideário marcadamente consensual e comunitarista, bem como na prossecução de um universo diferencial de normas, valores, interesses e objetivos partilhados.

Na perspetiva de DOUGHERTY e PFALTZGRAFF (2003) “*a chave para o comportamento cooperativo reside na crença da reciprocidade da cooperação*” e,

---

<sup>9</sup> FONSECA-STATTER, Guilherme. (2012) “Cooperação Internacional para o desenvolvimento, Variações incorretas sobre um tema politicamente correto: O Caso da África Sub-sahariana” (versão provisória) disponível em [http://resistir.info/livros/statter\\_cooperacao\\_internacional.pdf](http://resistir.info/livros/statter_cooperacao_internacional.pdf)

<sup>10</sup> DOUGHERTY, James E. & PFALTZGRAFF, Robert L. (2003) “Relações Internacionais – As teorias em confronto”, Gradiva.

adiantam os autores, “*na ausência deste tipo de pressuposto acerca do comportamento dos intervenientes, nenhum participante se comportará da forma pretendida*”.

A cooperação pode ocorrer em resultado de ajustamentos do comportamento dos atores e em resposta ou por antecipação às preferências de outros atores. A cooperação pode ser consensualizada num processo de negociação quer explícito quer tácito.<sup>11</sup>

Tendo em conta que a cooperação internacional ocorre, necessariamente, num cenário descentralizado e desprovido de instituições e de normas eficazes para regular as relações entre as unidades culturalmente diferenciadas e geograficamente separadas, torna-se essencial superar os problemas que resultam de uma inadequada troca de informações acerca das motivações e intenções das várias partes.<sup>12</sup>

DOUGHERTY e PFALTZGRAFF (2003) consideram que “*de importância central para uma teoria de cooperação é o grau em que os incentivos para a cooperação ou os dividendos que dela derivam são vistos como superiores aos incentivos para uma ação unilateral*”.

Os autores afirmam que “*a cooperação pode também resultar de uma relação entre um ator mais forte e uma parte mais fraca*”. Segundo DOUGHERTY e PFALTZGRAFF (2003) “*os poderes hegemónicos têm a capacidade de fornecer a estabilidade que aumenta a segurança e o bem-estar económico dos estados mais pequenos na forma, por exemplo, da Pax Britânica do século XIX ou da mais recente Pax Americana*”.

O poder hegemónico contribui assim para o comportamento cooperativo, ao fornecer a base para a realização de vantagens mútuas, sob a forma de mercados em expansão ou de proteção militar. (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2003).

MONTEIRO (2009) considera que “*... se a cooperação for considerada no sentido mais nobre do termo, ou seja, com vista a promover as bases de um desenvolvimento autossustentado que valoriza, de facto, os países e apoia a construção de alicerces duradouros no quadro da nova mundialização, então o objetivo prioritário da cooperação internacional é, no imediato, o da formação de recursos humanos e, logo de seguida, o do desenvolvimento*”.

---

<sup>11</sup> DOUGHERTY, James E. & PFALTZGRAFF, Robert L. (2003) “Relações Internacionais – As teorias em confronto”, Gradiva.

<sup>12</sup> Idem.

Adianta o mesmo autor que, “... em sentido lato, a cooperação visa promover o desenvolvimento dos países beneficiários da mesma e tem como principais objetivos: a luta contra a pobreza; • A promoção e consolidação da democracia nos PVD; o desenvolvimento económico-social sustentável dos países mais desfavorecidos; a inserção harmoniosa e progressiva dos PVD na economia mundial; evitar e responder a perigos e ameaças comuns; construir um sistema internacional mais justo e mais eficaz; e fomentar o desenvolvimento e o progresso social e preservar o meio ambiente”.

MONTEIRO (2009) indica que, além de visar o desenvolvimento, “a cooperação também assume uma vertente política, uma vez que, favorece a interação entre povos e regiões e permite a sua compreensão mútua, o que ajuda à descrispação das relações internacionais”. Por isso, “a cooperação facilita o equilíbrio político a nível global e ajuda a melhorar a integração no sistema mundial das regiões mais remotas e desfavorecidas”.<sup>13</sup>

MONTEIRO (2009) indica que “a importância da cooperação remonta à fase da descolonização e à necessidade de apoiar e dotar os novos países dos meios indisponíveis para a consolidação das estruturas políticas e económicas do Estado” e, adianta o mesmo autor, “foi nesse âmbito que surgiram as primeiras preocupações em ajudar”.

Essa ideia é demonstrada, segundo MONTEIRO (2009), pelas “intenções expressas na assinatura da Carta das Nações Unidas, em 1945, e no Plano Marshall concretizada nos anos 1948 a 1953”.

O mesmo autor deixa claro que a Carta das Nações Unidas proclama, em várias das suas disposições, a ajuda internacional, formando e adaptando, continuamente, estruturas e mecanismos financeiros, como são os casos do Banco Mundial, da Associação Internacional para o Desenvolvimento, do Fundo Monetário Internacional, além de organismos de intervenção e de execução, nomeadamente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial.

O primeiro grande passo no sentido da formação da cooperação internacional foi o compromisso assumido por parte dos países fundadores da ONU de apoiar e utilizar as instituições criadas para promover o desenvolvimento económico e social de todos os

---

<sup>13</sup> MONTEIRO, Éder N. (2009), “A Política de Cooperação em Cabo Verde”, Dissertação para a obtenção de Mestrado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa 2009

povos do mundo. A ONU, apesar de ser concebida em primeiro lugar e especialmente como uma organização para a manutenção da paz, marca, desde os primeiros anos, o sistema de Cooperação para o Desenvolvimento ao assumir responsabilidade numa vasta gama de domínios, nomeadamente, económico, social, cultural e humanitário e ao debruçar-se sobre os problemas das regiões subdesenvolvidas.<sup>14</sup>

Por outro lado, o Plano Marshall sujeitou os Estados europeus a um programa de reconstrução económica contribuindo, significativamente, para o estreitamento dos laços de cooperação entre os mesmos. Esse plano, além da recuperação europeia a nível económico, propunha-se impedir a propagação do comunismo na Itália e na França, estabilizar a Alemanha Ocidental e reduzir a atração dos Britânicos pelo socialismo e interessava aos Estados Unidos da América (EUA) porque os países europeus constituíam um importante mercado para o escoamento dos seus produtos e, por outro lado, seriam aliados na contenção do expansionismo soviético.<sup>15</sup>

MONTEIRO (2009) escreve que, apesar da evolução a nível económico, o reconhecimento pelos Estados europeus das suas insuficiências em enfrentarem, separadamente, os desafios comuns, como era o caso da defesa e da segurança, fez com que os países ganhassem a consciência de que “sem cooperação não haveria paz nem recuperação” e começaram a formar grandes espaços organizados. Esses grandes espaços surgiram da necessidade de aumentar e fortalecer os laços entre os diferentes Estados europeus visando objetivos comuns.

Assim, a criação das organizações predecessoras da atual União Europeia, no caso concreto, a Comunidade Económica Europeia (CEE), marcou o surgimento da chamada “cooperação Norte-Sul” por intervenção da França que impôs como condição para assinar, em 1957, o Tratado de Roma a abertura do Mercado Comum aos domínios coloniais africanos em proveito da União Francesa mantendo, assim, relações económicas privilegiadas e de livre comércio com os seus parceiros ultramarinos. Mais tarde, com a entrada da Grã-Bretanha, surgiram as Convenções de Lomé e a criação do primeiro Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), com a duração de cinco anos.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> MONTEIRO, Éder N. (2009), “A Política de Cooperação em Cabo Verde”, Dissertação para a obtenção de Mestrado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa 2009.

<sup>15</sup> Idem

<sup>16</sup> Idem

A política de cooperação é um vetor-chave da política externa. Assenta num consenso alargado entre as principais forças políticas e a sociedade civil, tendo como objetivo a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável dos países parceiros, num contexto de respeito pelos Direitos Humanos, pela democracia e pelo Estado de direito.

### I.3. CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA

A política externa, tradicionalmente associada aos Estados, mas crescentemente associada a outros atores, como a União Europeia (UE), projeta interesses e objetivos domésticos/internos para o exterior. É assim entendida como uma ferramenta essencial no posicionamento dos atores no sistema internacional.

Partindo de uma análise puramente empirista, a política externa de um país pode ser definida como o conjunto de objetivos, não apenas políticos, mas conseguidos por meios políticos, que um determinado Estado consegue alcançar nas suas relações com outros Estados. Para BUGIA (2014), a política externa pode ser definida como o *“conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam à entidades externas e à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações”*, de onde se depreende que a política externa implica conseguir determinados objetivos definidos por decisores com poder de autoridade.<sup>17</sup>

Na perspetiva de COSTA (2012), a política externa é, hodiernamente, definida como *“o conjunto de políticas, decisões e orientações estratégicas adotadas pelos Estados com o propósito de nortear o seu relacionamento externo com outras potências internacionais, cuja prossecução produz implicações diretas no ambiente externo envolvente”*, ou seja, a definição da política externa de um Estado deve, pois, ter em conta os objetivos ou fins a atingir, os recursos internos a sua disposição e o contexto externo.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> BUGIA, João M. da Silva (2014), “A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia: Portugal País Atlântico ou País Europeu”, Dissertação de Mestrado, Lisboa 2014

<sup>18</sup> COSTA, Suzano (2012): A Política Externa de Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, Europa e as Américas.

Para este autor, a prossecução da política externa para pequenos Estados é perspetivada com o propósito de salvaguardar as ajudas ao desenvolvimento e assistência militar mais do que a obtenção da influência política global.

Ele ainda afirma que, atualmente, a questão central das políticas externas não é a de simplesmente salvaguardar o *status quo* internacional, restabelecendo o equilíbrio internacional pela via da confrontação ideológica e militar, mas também recorrer à invocação de valores universais como sejam a liberdade, democracia, direitos humanos, pluralismo político, liberdade de proteção dos direitos de soberania ou luta contra o terrorismo.

GONÇALVES (2014) apresenta uma definição bem objetiva e delineada de política externa: “*o conjunto de ações que um Estado exerce para fora de suas fronteiras, tanto mediante relações com outros Estados (bilaterais ou multilaterais) como mediante relações com organizações internacionais e outros atores do sistema internacional*”.<sup>19</sup>

Ainda de acordo com este autor, o estabelecimento dos objetivos da política externa não se faz de modo aleatório como simples manifestação da vontade daqueles que controlam as instituições do Estado. Para que a política externa produza efeitos desejados, o grupo político que lidera o processo de conceção deve levar em consideração a interação de diversos fatores. De entre eles, os mais importantes são: a tradição e os compromissos já contraídos pelo Estado com os demais atores do sistema internacional; a base de apoio político do governo; a conjuntura económica; a capacidade militar; a qualidade do pessoal diplomático; a ação dos grupos de pressão; a personalidade do chefe de Estado; os media e a opinião pública; e a posição que o Estado ocupa na estrutura do sistema internacional.<sup>20</sup>

Numa análise completa dos fatores que definem a política externa de um país, segundo VIEIRA (2012), tem-se de ter em conta não só o contexto internacional, mas também o contexto doméstico em que as decisões de política externa são tomadas, uma vez que, as decisões estatais podem ser influenciadas pelos interesses domésticos.

HUDSON (2007) diz que a posição dos atores domésticos em relação aos agentes tomadores de decisão política apresenta grande importância, pois a influência que os

---

<sup>19</sup> GONÇALVES, Williams; in Pina Delgado, José, Varela Barros, Odair & Costa, Suzano (orgs) “As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas” (2014)

<sup>20</sup> Idem.

atores domésticos representam na decisão da política externa depende muito e de forma igualitária da sua coesão, da sua representatividade e da sua atitude ativa sobre assuntos da política externa. Em síntese, quanto mais coeso é o ator, maior é a sua habilidade para a cooperação e a influência sobre um determinado assunto.

Para, GONÇALVES (2010), deve-se ponderar o regime político e a opção externa do Estado com outros fatores relevantes na política externa dos Estados, nomeadamente a dimensão geográfica e geopolítica, as dimensões demográfica e socioeconómica, as condições jurídicas do Estado a nível externo, e ainda a capacidade como sujeito de Direito Internacional Público, uma vez que os mesmos podem ser fatores determinantes. A propósito da definição de política externa de um Estado Democrático, autor entende ainda que, para além do partido político que estiver no poder, também os partidos políticos na oposição, sobretudo aqueles com assento parlamentar, têm um papel fundamental na formulação da política externa do país, pois têm a possibilidade de exercer pressão sobre o Governo, o que acaba por condicionar as suas decisões nesta temática.<sup>21</sup>

Resumidamente, as Relações Internacionais é a área que representa os interesses do Estado no plano internacional e seu objetivo último é a satisfação do Estado, seja para sua sobrevivência ou a satisfação dos interesses de seus membros. A política externa é uma subdisciplina das relações internacionais cuja evolução teórica, metodológica e empírica, especialmente desde o fim da Guerra Fria, espelha a forma como os estados e outros atores internacionais desenvolvem o exercício da política externa. A cooperação internacional é um instrumento ao serviço da política externa refletindo, na sua generalidade, as áreas geográficas e os países com os quais um Estado tem relações preferenciais. Deve ser entendida como um investimento e não uma despesa, como desenvolvimento e não ajuda, que deve complementar e reforçar outras vertentes da política externa com vantagens mútuas.

---

<sup>21</sup> GONÇALVES, António M. (2010) “Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008” Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa 2010.

## **CAPÍTULO II: CABO VERDE**

### **II.1. CABO VERDE – BREVE HISTORIAL**

Cabo Verde, ou República de Cabo Verde como é chamado oficialmente, foi descoberto por navegadores portugueses em 1460 durante as expedições portuguesas para a Índia, por Diogo Gomes e António da Noli. (MADEIRA 2015, COUTINHO 2015, FERREIRA 1997)

Cabo Verde é um arquipélago situado no oceano Atlântico a 450 km da costa ocidental africana, ao largo do Senegal, Gâmbia e Mauritânia. É formado por dez ilhas, nove das quais habitadas, e oito ilhéus que totalizam uma superfície aproximada de 4.033km<sup>2</sup>. Não obstante a plataforma continental reduzida, Cabo Verde possui uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) que se estende por mais de 730 mil km<sup>2</sup>, sendo caracterizada por grandes profundidades e elevados picos submarinos.<sup>22</sup>

As ilhas estão divididas em dois grupos definidos pela sua posição em relação aos ventos: o grupo Barlavento (lado de onde sopra o vento) constituído por Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista, e o grupo Sotavento (lado oposto ao vento) constituído por Maio, Santiago, Fogo e Brava. A capital do país, a cidade da Praia, fica localizada na ilha de Santiago.<sup>23</sup>

De origem vulcânica, as ilhas têm identidade geofísica diversa dividindo-se em dois grupos distintos em termos de topografia: as montanhosas que se caracterizam por vales profundos que correm entre elevações rochosas e de que fazem parte Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Santiago e as planas que se diferenciam pelas extensas praias de areia fina e de que fazem parte as ilhas do Sal, Boa Vista e Maio. O Pico da ilha do Fogo, onde se localiza um vulcão em atividade, constitui o ponto mais elevado de todo o arquipélago, com 2.829 metros de altitude.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> <http://www.conscv.nl/pt/cabo-verde/informacoes-gerais-sobre-cabo-verde>

<sup>23</sup> Idem

<sup>24</sup> Idem

Cabo Verde encontra-se numa zona de climas áridos e semiáridos, situada entre o deserto do Sahara e a região tropical húmida a sul. Essa zona é designada por Sahel. O arquipélago apresenta um clima tropical seco, sendo as temperaturas amenas e relativamente uniformes durante todo o ano, com temperaturas médias mensais que variam entre os 20° e os 26°. No entanto, existem duas estações que se diferenciam: uma mais húmida e quente, a estação “das águas”, entre maio e outubro e outra mais seca e fresca devido às brisas que se fazem sentir, entre novembro e abril, a estação a “das brisas”.<sup>25</sup>

Como colónia portuguesa, o arquipélago foi dividido em “capitanias” e foi iniciado o processo de povoamento das ilhas, em 1462, pela ilha de Santiago, seguindo-se a ilha do Fogo. Por volta de 1490 são enviados pastores para as ilhas de Boa Vista e Maio, mas esse povoamento revelou-se bastante incipiente, uma vez que se limitou à criação de gado e à cultura de algodão por parte de alguns escravos. A colonização prosseguiu com o povoamento das ilhas da Brava e Santo Antão. Nos séculos XVI e XVII foram povoadas as ilhas de São Nicolau, Boa Vista, Brava e Maio onde, a par de alguns elementos populacionais, se juntaram ainda mestiços nascidos no arquipélago e/ou escravos libertos das outras ilhas. As ilhas de São Vicente e Sal só foram povoadas nos séculos XVIII e XIX, respetivamente.<sup>26</sup>

O afastamento das ilhas de Cabo Verde em relação a Portugal, o seu clima e a qualidade dos solos impediram qualquer tipo de agricultura compatível com a que havia sido introduzida na Madeira, por exemplo. Entretanto, pela sua localização estratégica nas rotas que ligavam Portugal, África e o Brasil, as ilhas tiveram um papel importante como entreposto comercial e de aprovisionamento, com particular destaque no tráfico de escravos.<sup>27</sup>

O processo de miscigenação entre os portugueses e os negros escravos, vindos principalmente da costa ocidental africana, deu origem ao povo cabo-verdiano, considerado mestiço e com uma identidade étnica e cultural muito característicos, e ao nascimento do crioulo, sua língua materna.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> <http://www.conscv.nl/pt/cabo-verde/informacoes-gerais-sobre-cabo-verde>

<sup>26</sup> FERREIRA, Lúcia Évora, (1997) “Cabo Verde” Universidade Aberta, Lisboa 1997

<sup>27</sup> <https://www.governo.cv/o-arquipelago/historia/>

<sup>28</sup> COUTINHO, Kathleen R. G. (2015) “A política externa de Cabo Verde (1975-1990): Uma análise da configuração e atuação da política externa de Cabo Verde durante a Guerra-Fria”, trabalho de Monografia, Universidade de Brasília, Fevereiro 2015.

Como local de paragem das principais rotas marítimas da época, as ilhas tornaram-se essenciais às empresas ultramarinas, uma vez que a maior parte dos navios vindos do golfo da Guiné, Angola, Índia, Brasil e Índias Ocidentais, ou vice-versa, paravam em Santiago para serem abastecidos de água e de mantimentos, para repouso da tripulação, reparação da frota e até receber pessoal para substituição dos marinheiros perdidos nas longas viagens. (FERREIRA, 1997)

Foi assim que, de acordo com a autora, a outrora cidade da Ribeira Grande e atual Cidade Velha, situada em Santiago, a primeira cidade europeia nos trópicos, ganhou prestígio e atingiu o seu apogeu no século XVI. Entretanto, durante todo o século XIX, Cabo Verde sofreu numerosos períodos de seca, sendo os mais terríveis os de 1831-1833 (perto de 30.000 mortos) e os de 1864-1866. Também no século XX, a seca marcou a vida nas ilhas. 1902-1904 (12.000 mortes), 1920-1923, 1941-1942 e 1946-1948 foram períodos igualmente difíceis para as populações. (CARREIRA 1976, 1983)

A República Portuguesa não traçou quaisquer alternativas para fazer face aos problemas locais. A mesma estratégia política, ao reduzir os investimentos públicos ao máximo, à exceção do setor das comunicações, veio encontrar no arquipélago um ponto de apoio, através da reserva de mão-de-obra para as outras colónias, caso da Guiné, São Tomé e Angola, e uma fonte de rendimento suplementar com as remessas dos emigrantes.<sup>29</sup>

Tendo como base uma ideologia de índole colonialista que incutia entre os povos colonizados a ideia de que estes faziam parte de uma Nação una, sem discriminações, a mesma política tentou afastar o povo Cabo-verdiano das confusões e dos movimentos independentistas que assolaram a África portuguesa entre 1961 e 1974. Contudo, os cabo-verdianos residentes na Guiné organizam-se e, sob a liderança de Amílcar Cabral, é criado o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que reclamava a independência conjunta dos dois povos com a formação de duas repúblicas. (FERREIRA, 1997)

A descolonização das ilhas do arquipélago, conjuntamente com a Guiné e outras colónias portuguesas, foi antecedida por um conjunto de acontecimentos importantes. Nomeadamente, as duas grandes guerras que devastaram a Europa entre os anos 1914-1918 e 1939-1945 deixaram os países europeus sem condições para manterem os

---

<sup>29</sup> FERREIRA, Lúcia Évora, (1997) "Cabo Verde" Universidade Aberta, Lisboa 1997

domínios políticos, económicos e militares nas colónias. Estes problemas, acrescidos do movimento independentista que tomou forma mais organizada na Conferência de Bandung de 1955, na Indonésia, levaram algumas das antigas potências coloniais a negociarem a independência das suas colónias.<sup>30</sup>

Em 5 de julho de 1975, Cabo Verde proclama a sua independência. Após esse marco, o novo país viveu um período inicial de indefinição política, em que questões ligadas à autonomia relativamente à Guiné-Bissau foram uma constante. Se, inicialmente, na intenção do PAIGC era virtual a ideia da criação de duas repúblicas autónomas federadas entre si, foram, de facto, necessários vários anos até que a ideia se tornasse uma realidade. Em 1980, os projetos de unificação com a Guiné-Bissau são postos de lado, resultando, em 1981, na alteração da designação do partido para Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Em 1990, Cabo Verde torna-se um Estado pluripartidário e realizam-se, a 13 de janeiro de 1991, as primeiras eleições legislativas do país. Nelas, as primeiras também da África Lusófona, participaram diversos partidos, saindo vencedor o MPD – Movimento para a Democracia.<sup>31</sup>

Segundo MONTEIRO (2011), antes e imediatamente após a sua independência, muitos vaticinaram a inviabilidade deste país, devido às suas vulnerabilidades e fragilidades crónicas, derivadas sobretudo da sua insularidade, exiguidade territorial, escassez de recursos naturais e humanos e condicionantes geoclimáticas. Nestas circunstâncias, a diversificação de parceiros e a defesa de um multilateralismo a múltiplos níveis constitui uma estratégia característica dos pequenos Estados e Cabo Verde não fugiu à regra.

Neste sentido, o país apostou fortemente na consolidação do Estado de Direito Democrático, na boa governação, no bem-estar da sua população e no desenvolvimento de uma cultura de paz, transpondo seguidamente esta imagem para a cena internacional, a fim de auferir de ajudas externas e investimentos necessários para a sua continuidade.<sup>32</sup>

Consciente da precariedade da sua economia, o novo Estado procurou subsistir através do estabelecimento de relações de ajuda e cooperação económica internacional com diversos países ocidentais (nomeadamente Portugal, os Estados Unidos, a Holanda,

---

<sup>30</sup> GONÇALVES, António M. (2010) “Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008” Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa 2010.

<sup>31</sup> FERREIRA, Lígia Évora, (1997) “Cabo Verde” Universidade Aberta, Lisboa 1997

<sup>32</sup> ANDRADE, Viviane, (2015) “Os Desafios da Política Externa de Cabo Verde: caso da Parceria Especial com a UE” Universidade do Mindelo. Mindelo, 2015.

os Países Escandinavos, entre outros), a par da criação de medidas de combate ao subdesenvolvimento. (FERREIRA 1997)

Assim, contrariando os prognósticos mais reservados, o arquipélago conseguiu romper com o ciclo da pobreza e elevar-se, em 2008, à categoria de País de Rendimento Médio (PRM). Atempadamente, entendeu-se que sua estratégia de desenvolvimento estaria arraigada e intrinsecamente ligada a fatores exógenos, um dos quais a cooperação para o desenvolvimento, particularmente no início da sua existência como Estado independente, onde desempenhou um papel crucial.

Embora continue a depender fortemente de contribuições externas, a graduação atual do país obriga-o a procurar soluções dinâmicas e desenvolver parcerias que encaixem nos seus novos desafios de desenvolvimento.<sup>33</sup>

## **II.2. A IMPORTÂNCIA DA LOCALIZAÇÃO GEOESTRATÉGICA DE CABO VERDE**

Considera-se a geoestratégia como a gestão estratégica dos interesses geopolíticos, fazendo todo o sentido, não só porque a maioria desses interesses se inserem nos domínios da competitividade e da hostilidade, mas também, principalmente, porque, sendo a geopolítica indispensável para exercício do poder político e para a definição de uma estratégia, esta reveste amiúde o carácter de geopolítica aplicada, menos teorizada e mais vocacionada para coisas práticas.<sup>34</sup>

A definição do espaço identifica duas características essenciais, determinantes para a importância geopolítica e geoestratégica, nomeadamente: o carácter multicontinental e o carácter multioceânico. Num contexto de globalização, ou seja, de intensificação das interações intercontinentais, em que o poder se projeta em termos globais, fazer parte de um espaço multicontinental pode facilitar a atuação no sistema

---

<sup>33</sup> MONTEIRO, Maria Isabel G. (2011) “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>34</sup> ESCORREGA, Luís C. F, Tenente Coronel. «Da Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no Atual Contexto Estratégico» Revista Militar N.º 2497/2498 - Fevereiro/Março de 2010, pp 203 - 239.

internacional contemporâneo, assim como atrair a atenção de outros Estados interessados em assumirem um papel de liderança desse sistema. Por seu turno, o carácter multioceânico confere uma importância geopolítica e geoestratégica extremamente relevante, sobretudo por duas razões: o controle das principais rotas marítimas mundiais; e o domínio de pontos estratégicos em termos de ações militares e de defesa.<sup>35</sup>

Segundo GONÇALVES (2010), a localização da Cabo Verde, sensivelmente no centro, entre a Europa, as Américas e África, desde os primórdios, começou a ser intensamente utilizada por várias potências. Em regra, era a última fase para a aguada antes dos navios cruzarem o largo Atlântico rumo ao Sul e, se fossem para Norte, funcionava como porto de descanso antes da última etapa de regresso das tripulações completamente exaustas.

A cobiça pelas ilhas do arquipélago, devido à sua localização geoestratégica, ficou demonstrada em várias ocasiões. Uma delas foi quando as autoridades inglesas elegeram a ilha de São Vicente como ponto estratégico para posicionarem as suas forças navais. Também de acordo o autor, no passado, ficou evidente a importância geoestratégica de Cabo Verde para o comércio triangular que fez uma das principais rotas de escravos do Atlântico a partir do século XVI. Foi ainda estratégico na expansão aeronáutica como eixo da rotatividade norte-sul, sendo que durante o período de sanções contra o Governo de Apartheid na África do Sul, os aviões da companhia aérea sul-africana faziam escalas de reabastecimento na ilha do Sal, chegando-se a atingir cerca de 40 voos semanais entre partidas e chegadas. Nos anos 70, este arquipélago serviu como base avançada para a guerra colonial e para muitas das negociações secretas que levaram à normalização das relações entre a África do Sul e Angola e depois das independências foi importante nas negociações sobre conflitos na África Austral. Da mesma forma, a sua localização estratégica foi crucial para o ciclo da pesca da baleia e a chegada dos norte-americanos à costa do Pacífico. E, não menos importante, durante o ciclo dos navios a vapor em que o industrialismo inglês precisava de alimentar mercados na América do Sul e na África Austral (GONÇALVES 2010)

Hoje, assim como outrora, a localização do arquipélago continua a ser estratégica. Um exemplo disto foi a escolha do país, pela OTAN, para realizar os exercícios *Steadfast Jaguar 2006*, os primeiros daquela organização realizados em África. Desta forma, parece

---

<sup>35</sup> BARBOSA, Andre T. «Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: geopolítica, geoestratégia e importância para a Lusofonia». In Working Papers : Linha de Investigação: Europa, Segurança e Migrações.

ser legítimo pensar que a importância deste país no mundo globalizado voltou a ser estratégico para o Ocidente, à semelhança daquilo que já foi no século XV/XVI.<sup>36</sup>

Segundo GONÇALVES (2010), este pequeno Estado insular na Costa Ocidental Africana tem desafiado o afro pessimismo e está a tornar-se para o Ocidente um polo estratégico de projeção de paz e de estabilidade no Atlântico Médio e no continente africano. Isto porque, a propensão de Cabo Verde para funcionar como corredor de tráfico internacional de drogas, de armas, de seres humanos, entre outras formas de comércio ilícito, devido a sua localização geoestratégica, faz com que as potências mundiais e a própria comunidade internacional vejam nesta característica uma oportunidade para as iniciativas de prevenção e de combate aos males que afetam a segurança e a estabilidade mundial.<sup>37</sup>

De acordo com MONTEIRO (2011), a UE, tendo captado a dimensão atlântica da sua própria segurança, tem trabalhado para uma maior integração da região, criando uma cintura securitária à volta da Europa, alargando exponencialmente a sua esfera de influência e desenvolvendo novas estratégias de emancipação política em torno da construção de uma Europa que se pretende transatlântica. Neste contexto, uma vez que a segurança atlântica só será completa se abranger também o Atlântico Médio, Cabo Verde pode desempenhar um papel assaz importante, como contrapartida valiosa deste parceiro.

Como ironizou o então Ministro da Economia de Cabo Verde, Osvaldo Lopes da Silva, os principais recursos naturais de Cabo Verde são a latitude e a longitude. Efetivamente, a localização geográfica de Cabo Verde é um grande trunfo que este país apresenta ao mundo cada vez mais globalizado e com ameaça a segurança global.<sup>38</sup>

Além da sua posição geográfica entre os continentes Africano, Europeu e Americano, é de referir que possui uma extensão considerável, nomeadamente quando se tem conta a sua ZEE.<sup>39</sup>

De acordo com o Tenente-Coronel Luís Carlos Escorrega, “*Um país que tem um mar nunca é pequeno!*”. Nesta perspetiva, um dos maiores pontos estratégicos de Cabo Verde é o mar e a utilização da posição estratégica do país e da sua extensão marítima na

---

<sup>36</sup> GONÇALVES, António M. (2010) “Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008” Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa 2010.

<sup>37</sup> Idem

<sup>38</sup> Idem

<sup>39</sup> Idem

construção de uma economia marítima competitiva é um elemento-chave na estratégia de transformação económica, ligado ao transbordo, à conservação, transformação e exportação do pescado, ao turismo de valor acrescentado, à ciência e tecnologia marítima e ao comércio marítimo, com forte impacto na internacionalização da economia e criação de emprego.<sup>40</sup>

### II.3. A POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE

A política externa de Cabo Verde, desde a sua independência, sofreu grandes alterações, enfrentando obstáculos e obtendo sucessos. (COSTA 2012, VIERIA 2012)

De acordo com COUTINHO (sem data), a política externa e a diplomacia de Cabo Verde foram adaptando-se às constantes mudanças no âmbito do cenário internacional e ajustando os seus interesses consoante as oportunidades que vão aparecendo na conjuntura internacional.

Efetivamente, não obstante a inexistência de recursos naturais e financeiros exequíveis para fazer face às adversidades e aos circunstancialismos internos, o país teve um percurso de sucesso que conferiu uma enorme credibilidade internacional comparativamente às suas congéneres africanas.<sup>41</sup>

A prossecução de um desenvolvimento sustentado e o reforço da credibilidade internacional constituem, igualmente, os princípios norteadores da política externa cabo-verdiana, a par de uma concomitante e profícua aposta na *low politics* como estratégia para afirmar no cenário internacional.<sup>42</sup>

O facto de Cabo Verde se ter tornado um Estado de Direito Democrático, com um regime constitucional pluralista, havendo eleições livres e democráticas e estando os governantes sujeitos a avaliações periódicas, à opinião pública, ao controlo parlamentar, à regra de alternância do poder e, conseqüentemente, à descontinuidade de executivos e

---

<sup>40</sup> MATOS, Antero de “Os Desafios da Segurança Marítima na África Ocidental: uma Perspetiva de Cabo Verde” In Segurança em África, Instituto Defesa Nacional nº131

<sup>41</sup> COSTA, Suzano F. (2007) “Cabo Verde e a Integração Europeia: A construção ideológica de um espaço imaginário” Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

<sup>42</sup> COSTA, Suzano F. (2012) “A Política Externa Cabo-verdiana e a União Europeia: Da coerência dos princípios ao pragmatismo de ação”.

de prioridades sectoriais e gerais dos Governos, com uma economia aberta e outros condicionalismos que são próprios de um Estado de direito, foi um fator determinante para a política externa do arquipélago.<sup>43</sup>

Após a independência esperava-se, à semelhança do que ocorreu em outros Estados Africanos, que a perspetivação e orientação da política externa de Cabo Verde viesse a ser dominada pelos pressupostos filosóficos e prática diplomática do partido dirigente, no caso de Cabo Verde o PAIGC. Daí a comum asserção de que “*as linhas mestras da política externa de Cabo Verde não nasceram com a ascensão do país ao concerto das nações*”, já que os princípios que formalmente “*as nortearam coincidiam, quase na íntegra, com os princípios que guiaram o PAIGC*” durante a luta de libertação.<sup>44</sup>

No entanto, o Estado cabo-verdiano passou a ter relações externas diferentes das preconizadas ideologicamente e realizadas pelo partido no poder e que se baseavam nas alianças provenientes da luta de libertação nacional, verificando-se um visível predomínio (e separação) dos interesses do país sobre os interesses do PAIGC.<sup>45</sup>

De acordo com VARELA (2005), Abílio Duarte, Ministro dos Negócios Estrangeiros nos primeiros cinco anos de independência, testemunha essa situação quando considerou que “*para além de quaisquer motivações de ordem política ou ideológica, a nossa postura é de que não se podia de maneira nenhuma nivelar a política externa do Estado com a do Partido, não obstante as convergências possíveis*”.

Portanto, a captação da ajuda e da cooperação internacional, visando a consolidação da independência e progresso do país, passaram a constituir um dos pilares fundamentais da política externa de Cabo Verde.<sup>46</sup>

É neste sentido que as autoridades nacionais têm provido das potencialidades estratégicas do país, no que diz respeito a sua localização geográfica, “*convertendo-a num instrumento político e de poder*”. (Costa, 2009)

---

<sup>43</sup> GONÇALVES, António M. (2010) “Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008” Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa 2010.

<sup>44</sup> VARELA, Odair B. (2005) “Cabo Verde um desafio Teórico-Pragmático ou um caso singular?” Artigo baseado no Capítulo VI da Dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra intitulada: «Para Além de Vestefália e Cosmópolis: Que Governação para os Estados ‘Frágeis’, ‘Falhados’ ou ‘Colapsados?’» (Junho de 2005).

<sup>45</sup> Idem

<sup>46</sup> Idem

Nisto, estreitaram-se relações com diversos países, nomeadamente Portugal, Espanha, EUA e Reino Unido, essencialmente na área da segurança e defesa, com a assinatura de vários acordos de fiscalização conjunta da sua ZEE no combate ao narcotráfico e crimes conexos, visto que, pela sua vasta extensão, Cabo Verde por si só não dispõe de meios que concedam uma plena fiscalização da mesma<sup>47</sup>.

É com suporte no potencial estratégico da sua localização geográfica, que as autoridades nacionais pretendem transformar o arquipélago numa ponte de prestação de serviços, transações comerciais e financeiras e de ligação entre os continentes, cultura e civilizações, num corredor de paz, estabilidade, crescimento económico e competitividade, que se verte em ganhos formidáveis para o país e o mundo.

Para o prosseguimento deste desiderato, efetuou-se um conjunto de ações político-diplomáticas a nível internacional, tal como o estreitamento e diversificação das suas relações externas, o reforço da credibilidade externa e a multiplicação das ancoragens políticas. Daí que, segundo VARELA (2005), Cabo Verde tenha procurado construir uma imagem política de Estado independente que fosse aceitável internacionalmente.

Na perspetiva do autor, nas palavras de Renato Cardoso, antigo Secretário de Estado da Administração Pública, o que suporta a configuração do Estado cabo-verdiano e da sua política externa foi a nítida opção por uma política de paz. Ou seja, apesar de se reconhecer a importância do poder como elemento fundamental das relações internacionais, na altura, se recusou a aceitá-lo como a melhor via para conduzir a humanidade à paz, segurança e bem-estar.<sup>48</sup>

As razões essenciais que levaram o Estado cabo-verdiano a optar por uma cultura ou política de paz foram as seguintes:<sup>49</sup>

1. No contexto da Guerra Fria, a paz tornou-se um conceito tão fugaz e os seus princípios tão ilusórios, que levou a que os governantes cabo-verdianos estivessem conscientes de que, para o país ter uma paz real e duradoura, era

---

<sup>47</sup> ANDRADE, Viviane, (2015) "Os Desafios da Política Externa de Cabo Verde: caso da Parceria Especial com a UE" Universidade do Mindelo. Mindelo, 2015.

<sup>48</sup> VARELA, Odair B. (2005) "Cabo Verde um desafio Teórico-Pragmático ou um caso singular?" Artigo baseado no Capítulo VI da Dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra intitulada: «Para Além de Vestefália e Cosmópolis: Que Governação para os Estados 'Frágeis', 'Falhados' ou 'Colapsados?'».

<sup>49</sup> Idem

preciso “tenacidade e sacrifícios”, ou seja, era preciso uma real opção nesse sentido.

2. Estando num continente marginalizado a nível mundial, Cabo Verde propõe-se uma política de diálogo e de paz, em primeiro lugar, para a sua própria sobrevivência. Em plena Guerra Fria, a política de paz torna-se um elemento ativo de defesa nacional, de independência e de não-alinhamento internacional. Tendo-se tornado independente numa altura em que o confronto bipolar estava no seu clímax, Cabo Verde foi o único das ex-colónias portuguesas que não se posicionou a favor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), adotando uma postura neutra. Também o Bloco ocidental, ainda antes da independência de Cabo Verde, mostrou interesse na situação geográfica e estratégica do arquipélago. O facto de ter a política externa mais independente de entre as ex-colónias portuguesas, levou a que Cabo Verde divergisse muitas vezes delas tanto no seio da Organização da Unidade Africana e da ONU, como no movimento dos não-alinhados.
3. Essa política, para além de ser a única capaz de mobilizar, com sucesso e através do consenso social, os escassos recursos e o povo recém-independente num vasto programa de desenvolvimento económico e social a nível interno, pareciam ser também a única capaz de promover a boa vizinhança e a cooperação a nível externo. Prova disso, segundo VARELA, é o facto de, ao integrar as suas posições individuais nas posições africanas e ao promover a defesa dos interesses regionais, Cabo Verde ter dado uma dimensão particularmente valiosa à sua política externa.
4. Dar prossecução à ambição do PAIGC que sempre defendeu que a luta pela independência visava também contribuir de forma eficaz para a construção de um mundo melhor. O cumprimento dessa promessa torna-se visível mediante um intenso intercâmbio político e diplomático que leva a que, de desconhecido, Cabo Verde surja como país sério e estável, capaz de equacionar e resolver os seus próprios problemas, defensor da paz e do diálogo entre as nações, um parceiro útil e interlocutor reconhecido da comunidade internacional. O relativo sucesso de Cabo Verde na implantação da sua política de paz, mau grado as dificuldades inicialmente encontradas num contexto de confronto bipolar, permitiu à Cabo Verde granjear respeito por parte dos dois blocos em disputa e ter influência no contexto regional africano,

particularmente a condução da política externa das outras ex-colónias portuguesas. Prova disso é que, apesar de ser um país pobre e recém-independente, o facto de ter uma política externa impressionantemente diversificada, permitiu-lhe desempenhar um papel importante na resolução de diferendos no continente africano. O sinal mais evidente da opção política por uma cultura de paz foi a maneira como o Estado cabo-verdiano procedeu à abertura do regime ao multipartidarismo em 1990 sem que houvesse conflitos ou problemas sociais de relevo, ao contrário do que ocorreu em outros países africanos e não só.

Como já se constatou, Cabo Verde sempre orientou a sua política externa com base em diversos fatores, sendo uns constantes e outros conjunturais.

Com a mudança do regime político verificada em 1991, alguns fatores condicionantes consolidaram o eixo fundamental da política externa das ilhas, nomeadamente pela sua localização geográfica, por ser um país virado para emigração e pela política de diplomacia económica que adotou, sendo que esta abrange a cooperação nos seus diversos aspetos<sup>50</sup>.

Segundo COSTA (2011), a política externa e a diplomacia cabo-verdiana sempre revelaram uma enorme apetência para interpretar os sinais do tempo, consubstanciada nas diversas ancoragens políticas e parcerias estratégicas de desenvolvimento.

Neste sentido, a política externa de Cabo Verde tem dado uma atenção especial aos problemas que carecem de respostas globais, nomeadamente a segurança internacional e os problemas ambientais. (GONÇALVES, 2010).

A parceria especial com a União Europeia resulta, sobretudo, de uma interpretação politicamente inteligível das potencialidades geoestratégicas da sua plataforma insular e das janelas de oportunidades oferecidas pela constelação internacional nos domínios da segurança e defesa, combate ao terrorismo internacional e a imigração ilegal.<sup>51</sup>

O Estado de Cabo Verde, enquanto nação soberana, revela politicamente e institucionalmente uma maior proximidade à Europa do que ao continente Africano. Devido à assunção de um conjunto de valores universais suscetíveis de engendrar

---

<sup>50</sup> GONÇALVES, António M. (2010) “Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008” Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa 2010.

<sup>51</sup> COSTA, Suzano (2011) “A Política Externa Cabo-Verdiana e a União Europeia: Da coerência dos princípios ao pragmatismo da Ação”.

processos de identificação política com a UE, enquanto centro político de referência que enforma o imaginário do homem cabo-verdiano, Cabo Verde inspira a organização do Estado e a configuração do sistema político na UE.<sup>52</sup>

Pensar em Cabo Verde e não lhe associar a emigração é como imaginar o mar sem sal. O país tem mais gente fora do que dentro. Chamam-lhe a 11<sup>a</sup> ilha. Cerca de meio milhão de cabo-verdianos habitam as 9 ilhas do arquipélago e um milhão integra as comunidades da diáspora, sendo a maior a que está na América do Norte, que começou a emigrar no século XIX, e depois a que está em Portugal, onde a chegar na década de 70 do século XX<sup>53</sup>.

No entanto, aquela que foi outrora uma estratégia de sobrevivência tornou-se atualmente uma estratégia de multidependência(s), ou seja, provocou no país uma dependência cada vez maior das remessas (não necessariamente apenas financeiras), nos seus emigrantes uma dependência mitológica ou identitária e, como consequência, a consolidação de uma transnacionalidade (quase) perpétua.<sup>54</sup>

Um dos critérios importantes da existência de uma (potencial) diáspora é que esta deve possuir uma rede sustentada de relações sociais com os membros do grupo que vivem em diferentes países de acolhimento. Em Cabo Verde, este aspeto começa a ser apontado, ou seja, as pessoas começam a dar conta da existência de uma rede de relações que envolve os emigrantes entre si lá fora.<sup>55</sup>

A aproximação às comunidades dispersas é uma medida importante das agendas dos sucessivos governos, e desde a independência, os esforços são para que os emigrantes invistam no país do mesmo modo que tradicionalmente ajudam as suas famílias.

Neste sentido, a população cabo-verdiana no geral, tanto a que se encontra no território nacional como a da diáspora, é o foco das atenções de grande parte das ações executadas no quadro da Parceria Especial. Se repararmos bem, todos os pilares têm um efeito direto na vida dos cabo-verdianos estejam eles no país ou no exterior.

---

<sup>52</sup> COSTA, Suzano F. (2007) "Cabo Verde e a Integração Europeia: A construção ideológica de um espaço imaginário" Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

<sup>53</sup> <https://agencia.ecclesia.pt/portal/africa-a-diaspora-cabo-verdiana-que-esta-em-portugal-e-a-que-mais-contribuiu-para-o-desenvolvimento-de-cabo-verde/>

<sup>54</sup> GOIS, Pedro. (2006) "Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão" Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

<sup>55</sup> ÉVORA, Iolanda (2010) "A diáspora cabo-verdiana: perceções e redefinições a partir do arquipélago" CEA, ISCTE/IUL Lisboa

A ideia de que existem objetivos globalmente partilhados pelos Estados num sistema internacional imbuído pela interdependência complexa, como sejam a segurança, o combate à imigração ilegal, o terrorismo internacional e a sustentabilidade ecológica, cuja resolução requer o estabelecimento de ações concertadas e cooperativas, constitui o fundamento teórico e o potencial integrador suscetível de legitimar a integração e/ou a obtenção de um Estatuto Especial por parte de Cabo Verde na União Europeia. Tudo isto constitui reflexo incontornável da atração ideológica e identitária de que as grandes potências internacionais são objeto.<sup>56</sup>

O patrulhamento conjunto do espaço marítimo de Cabo Verde pelas autoridades nacionais e portuguesas foi uma iniciativa que chamou a atenção dos responsáveis políticos de outros países, nomeadamente das autoridades espanholas e norte americanas. Neste contexto, Portugal, na qualidade de parceiro estratégico privilegiado de Cabo Verde, através da União Europeia, pode funcionar como elo para tornar a cooperação bilateral em multilateral, pois os recursos são escassos e o custo de segurança global é cada vez mais elevado, o que torna insuficiente uma cooperação bilateral responder às necessidades com os meios de que dispõe.<sup>57</sup>

Neste contexto, uma gestão rigorosa dos recursos, no quadro de uma boa governação, e uma maior disciplina macroeconómica, constituirão elementos de competitividade de Cabo Verde na captação da ajuda pública ao desenvolvimento e na promoção do investimento externo e das exportações de bens e serviços nacionais.<sup>58</sup>

De acordo com GONÇALVES (2010), um país com características como as de Cabo Verde, que tem um regime democrático estável e uma posição geoestratégica importante, assume uma importância vital para o aumento da segurança internacional. O mais importante é criar condições de estabilidade e disponibilidade por parte das autoridades cabo-verdianas para cooperar com outros Estados no sentido de fazer face às ameaças.

---

<sup>56</sup> GOIS, Pedro. (2006) "Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão" Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

<sup>57</sup> GONÇALVES, António M. (2010) "Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008" Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa 2010.

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_ (2001) "As grandes opções do plano: Uma agenda estratégica" Conselho dos Ministros, República de Cabo Verde, Outubro de 2001.

A política externa constitui um domínio de capital importância para Cabo Verde. Além das exigências da globalização, a adversidade das condições geoclimáticas do país, a escassez de recursos para o desenvolvimento, a insularidade e a pequenez do território impossibilitam o mesmo de gerar todos os meios necessários ao seu desenvolvimento, pelo que se torna necessário a mobilização de recursos externos, tanto públicos como privados<sup>59</sup>.

A defesa e segurança do país, até bem pouco tempo, não tinham sido motivos de grandes preocupações por parte dos governantes de Cabo Verde. Mas, nos últimos anos, devido ao aumento das potenciais ameaças na região africana, sobretudo tráfico de seres humanos, de estupefacientes e de armas, que ameaçam diretamente a segurança nas águas territoriais da Costa africana e do próprio arquipélago de Cabo Verde, a preocupação com a segurança do país passou a merecer uma atenção especial dos dirigentes políticos do arquipélago. Daí torna-se indispensável a cooperação, em matéria de defesa e segurança, com os parceiros interessados em manter a segurança nessa região. Pelo facto de Cabo Verde possuir a referida potencialidade geoestratégica poderá constituir algum risco<sup>60</sup>.

Assim, o estabelecimento de uma linha estratégica orientada para o futuro implica ainda todo um esforço de afirmação da utilidade do país no plano internacional, desde logo assegurando um desempenho político-diplomático efetivo que, nomeadamente em colaboração com organismos internacionais, mas também potenciando as vantagens proporcionadas pela integração regional, conceda primazia a uma empenhada contribuição para o desenvolvimento e a estabilidade do continente africano<sup>61</sup>.

#### **II.4. O DESENVOLVIMENTO COMO PRIORIDADE ESTRATÉGICA**

O Governo de Cabo Verde, em 2001, tinha como objetivo aplicar uma política económica que garantisse um desenvolvimento sustentável, compatível com a solidariedade social, regional e intergeracional, que fosse consentâneo com a durabilidade ambiental, que assente num padrão de crescimento ancorado em crescentes ganhos de

---

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_ (2001) “As grandes opções do plano: Uma agenda estratégica” Conselho dos Ministros, República de Cabo Verde, Outubro de 2001.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem.

produtividade. E, finalmente, um desenvolvimento que minimize a pobreza e a exclusão social, bem como propicie um desenvolvimento portador de equidade e justiça social.<sup>62</sup>

*“Abrir-se-á, assim, uma era de desenvolvimento económico alicerçado num padrão de crescimento sustentado, com estabilidade macroeconómica, maior enfoque na oferta e mais compatível com a solidariedade no contexto de um ciclo político e uma fase de maturação da democracia. Era essa em que os princípios e os valores éticos refletir-se-ão com particular destaque nas áreas da Administração Pública, que será promotora do desenvolvimento e facilitadora do exercício da cidadania, da democracia e da Justiça.”*<sup>63</sup>

Cabo Verde munuiu-se ao longo dos anos de um conjunto de instrumentos estratégicos que nortearam todo o processo de desenvolvimento do país. Graças a esses importantes documentos orientadores, o país conseguiu conduzir um processo de desenvolvimento que tem salvaguardado os principais interesses nacionais de modo a não comprometer os equilíbrios fundamentais.

De entre esses instrumentos estratégicos, deve-se realçar “As Grandes Opções do Plano”, que definem como imagem do futuro de Cabo Verde, no horizonte a longo prazo, “um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura; uma sociedade solidária, de paz, justiça social, democrática, aberta e tolerante; um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado e sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida”.

De acordo com o Relatório, as 5 Grandes Opções do Plano são:

1. Promover a Boa Governação como fator de desenvolvimento, reformando o estado, intensificando a democracia e reforçando a cidadania;
2. Promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento e alargar a base produtiva;
3. Desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento;

---

<sup>62</sup> \_\_\_\_\_ (2001) “As grandes opções do plano: Uma agenda estratégica” Conselho dos Ministros, República de Cabo Verde, Outubro de 2001.

<sup>63</sup> Idem.

4. Promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade;
5. Desenvolver infraestruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado.

Por outro lado, deve-se destacar o segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA) que é o instrumento estruturador de toda a política ambiental do país. Aprovada em 2004 e com um horizonte de 10 anos, foi submetida à uma avaliação independente em 2011, o que permitiu a sua adequação aos desafios e circunstâncias dos novos tempos. O PANA II desdobra-se em 9 Planos de Ação Intersectoriais e 22 Planos Ambientais Municipais, de modo a que um conjunto de sectores considerados chaves que vai desde o sector dos recursos hídricos, passando pelo sector industrial até o da biodiversidade e os 22 municípios do país sejam munidos dos respetivos planos de ação que estabelecem as metas e os resultados a atingir no domínio ambiental.

De acordo com MONTEIRO (2011), a graduação de Cabo Verde para o grupo dos PRM e os novos desafios que este *upgrade* acarreta, aliados às potencialidades da UE, constituem elementos que tornaram esta parceria bastante apetecível, não só para Cabo Verde, que vislumbrava uma boa oportunidade de conseguir meios adicionais para financiar o seu desenvolvimento, como para a Europa, que tem interesse em marcar diferença no relacionamento com o Sul, ao mesmo tempo que entende que a posição geoestratégica de Cabo Verde capta o espírito e as exigências securitárias da Política Europeia de Segurança e de Defesa (PESD), ao potenciar a salvaguarda da dimensão atlântica da segurança europeia no Atlântico Médio.<sup>64</sup>

Embora sejam notórios e internacionalmente reconhecidos os progressos no percurso desenvolvimentista das ilhas, ainda persistem vulnerabilidades crónicas e estruturais que, se não forem equacionadas adequadamente, podem ameaçar a sustentabilidade dos avanços conseguidos.<sup>65</sup>

Segundo MONTEIRO (2011), a acentuar a vulnerabilidade económica destaca-se a total dependência do país em relação ao continente europeu, tanto em relação às exportações como às importações, em que os fluxos comerciais totais e os efetivados com

---

<sup>64</sup> MONTEIRO, Maria Isabel G. (2011) “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>65</sup> Idem.

a UE são praticamente coincidentes. Ainda dentro da UE, é sintomático o facto de um só país - Portugal - ser responsável, dos dois lados da Balança Comercial, pela maior parte dos fluxos comerciais de Cabo Verde. Entretanto, a partir de 2005, a Espanha aparece a ocupar uma posição importante dos destinos das mercadorias (preparações e conservas de peixe, caviar e seus sucedâneos preparados a partir de ovas de peixe) exportadas por Cabo Verde, de 2005 a 2009, destronando os EUA que ocupavam a segunda posição nesta categoria.

Também o tecido social tem problemas de monta, consubstanciados, sobretudo, na concentração populacional nos principais centros urbanos, qualificação profissional deficiente e desemprego que afeta principalmente a camada jovem, com significativa incidência de pobreza.

Tanto a insularidade como a dimensão reduzida e escassez de recursos naturais aconselham a inserção de Cabo Verde na economia mundial como forma de mitigar os efeitos perversos destas características na economia. No entanto, esta inserção não deve ser feita de forma voluntarista deixando a regulação totalmente a cabo do mercado, mas sim deve ser direcionada para espaços dinâmicos com uma economia sadia e que seja capaz de eletrizar o seu desenvolvimento. Neste contexto, a Europa apresenta-se como parceiro natural, não só pelas afinidades históricas, económicas e políticas, como pela sua pujança económica, aliada à posição geoestratégica de Cabo Verde.<sup>66</sup>

De acordo com COSTA (2011), a partir de uma análise pormenorizada dos princípios basilares da política externa cabo-verdiana podemos verificar a existência de uma intensa atividade diplomática conducente á prossecução de uma ação externa pragmática e virada para o desenvolvimento sustentado da nação cabo-verdiana, moldada no fato da *“importância das relações externas como fator de peso na criação de condições para o desenvolvimento económico do país ser por demais evidente, seja considerado a importância da cooperação ou a necessidade de atrair novos parceiros económicos, seja tendo em consideração as atuais tendências de internacionalização da economia”*.

A busca de parceiros estratégicos e de soluções institucionais suscetíveis de conferir viabilidade e sustentabilidade ao desenvolvimento do povo das ilhas constituiu

---

<sup>66</sup> MONTEIRO, Maria G. (2011) “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

sempre a pedra angular da política externa cabo-verdiana, daí a opção por ancorar o país em plataformas continentais estáveis, seguras e economicamente mais dinâmicas. Esta opção estratégica é reflexo incontornável da atração ideológica e identitária de que as grandes potências internacionais são objeto.<sup>67</sup>

De acordo com MONTEIRO (2011), na mesma linha de raciocínio, a política externa, para conduzir aos resultados almejados, também não deve ser voluntarista. Pelo contrário, Cabo Verde deve estar consciente dos seus interesses e munir-se de meios para os defender, sob pena de, no mínimo, a ideia de ultrapassar o relacionamento doador/recipiendário sair completamente gorada e perpetuar-se a relação assimétrica e de dependência.

A promoção do desenvolvimento sustentável, da segurança e a pertença a um centro político e económico dinâmico e de referência, capaz de secundar Cabo Verde na superação das suas deficiências, são as premissas fundamentais que movem este país na prossecução desta Parceria, demonstrando o realismo que tem orientado a sua política externa com grande pendor para Europa.<sup>68</sup>

Os efeitos da globalização tornaram-se evidentes em Cabo Verde em três importantes aspetos: nos investimentos externos que se têm presenciado no país, essencialmente dos países europeus e da China; na criação de um mercado de escoamento de produtos que se tornou mais vasto; e no aumento das exportações, principalmente para o mercado europeu que se tornou o seu principal parceiro comercial. Por ser um país que ainda carece de fortes investimentos privados capazes de aumentar o número de empregos, de diminuir a pobreza, e de uma certa forma gerar a riqueza do país, com a abertura económica e a globalização, estes aspetos têm melhorado em Cabo Verde, uma vez que o mercado nacional não dispõe de capital e clientes suficientes.<sup>69</sup>

Resumindo, tanto a história de Cabo Verde como a própria globalização e suas implicações, potenciaram o aparecimento de valores e interesses comuns suscetíveis de engendrar um estreitamento da relação entre Cabo Verde e Europa, a qual também é

---

<sup>67</sup> COSTA, Suzano F. (2011) "A Política Externa Cabo-verdiana e a União Europeia: Da coerência dos princípios ao pragmatismo de ação".

<sup>68</sup> MONTEIRO, Maria G. (2011) "Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?", Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>69</sup> VIEIRA, Adelina (2012) in "Política Externa Contemporânea de Cabo Verde: a aposta na política externa como motor de desenvolvimento"

impulsionada pela posição geoestratégica do país que fornece o mais genuíno interesse comum entre as duas partes que, bem explorado, tem potencial para aprofundar verdadeiramente as relações entre as duas partes.<sup>70</sup>

Ao comparar os programas do Governo para VII Legislatura – 2006 a 2011, com o programa do Governo para VIII Legislatura – 2011 a 2016, verifica-se que os princípios orientadores da política externa foram levados a cabo com grande relevância pelo Governo do PAICV que procurou nos seus programas dar uma dimensão internacional com certa continuidade nas estratégias de desenvolvimento, através de reformas e políticas adjacentes às condicionalidades dos países doadores, de maneira a contribuir para a projeção e afirmação de Cabo Verde no mundo.

Daí que no Programa do Governo da VII legislatura 2006-2011 contata-se o seguinte:

*“A crescente afirmação de Cabo verde no plano internacional pressupõe uma clara articulação entre a política interna e a política externa, de modo a que o interesse nacional possa ser devidamente enquadrado, promovido e defendido em tudo quanto seja posicionamento externo do país. É neste contexto e com este entendimento que Cabo Verde tem vindo a procurar assegurar a sua atuação internacional, garantindo ao mesmo tempo um desenvolvimento robusto da economia e preservando a paz, a estabilidade interna e a sua segurança.”*

A importância da política externa para o desenvolvimento de Cabo Verde é reconhecida expressamente nos sucessivos Programas do Governo, com destaque para os sectores chaves.

A agenda do Governo consignada no Programa do Governo da VII Legislatura 2006 – 2011 impele:

*“... o aprofundamento e aceleração dos ganhos alcançados e a prossecução da caminhada para patamares mais exigentes de desenvolvimento num quadro mais e melhor Democracia, num Cabo Verde com mais Prosperidade e Futuro Melhor para todos.”*

O objetivo do Governo da VIII Legislatura 2011 – 2016 é:

---

<sup>70</sup> MONTEIRO, Maria (2011) “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

“(…) construir uma economia dinâmica, competitiva e inovadora, com prosperidade partilhadas por todos.”

“Afirmar a Nação global, promover a paz e a segurança global e regional e apoiar a agenda económica serão eixos fundamentais em que assentará a ação do Governo.”

Os dois programas do Governo levaram a cabo objetivos extremamente ligados com o intuito de construir um futuro melhor para os cabo-verdianos, tanto em Cabo Verde como na Diáspora.

Apesar da sua pequenez, insularidade, escassez de recursos naturais e do peso das coordenadas da identidade geográfica na estruturação da sua política externa, o arquipélago de Cabo Verde tem, paradoxalmente, empreendido um grande investimento político e identitário nos grandes espaços geopolíticos internacionais e nas instituições políticas multilaterais, sejam elas de vocação regional, continental ou universal, como espaços privilegiados de reivindicação dos seus interesses estratégicos, o que leva avante a estratégia global de desenvolvimento nacional.<sup>71</sup>

O posicionamento externo pragmático, na encruzilhada atlântica entre os continentes, tem proporcionado ao arquipélago ganhos internacionais assinaláveis como sejam a transição suave, pacífica e bem-sucedida pelo Sistema das Nações Unidas; a passagem do grupo de Países Menos Avançados para o conjunto dos Países de Desenvolvimento Médio; a seleção do país, pela segunda vez consecutiva, como beneficiário dos fundos do *Millennium Challenge Account*, instituído pela administração norte-americana com o intuito de premiar os excelentes resultados obtidos na boa governação; a assinatura e aprovação, pelo Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas da UE, do acordo de parceria especial entre a União Europeia e a República de Cabo Verde; e, por último, a adesão do arquipélago à Organização Mundial do Comércio<sup>72</sup>.

Cabo Verde é considerado hoje uma referência no mundo e um parceiro considerado estratégico no espaço euro-atlântico, tendo como princípios a boa governação e a transparência.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> ANDRADE, Viviane, (2015) “Os Desafios da Política Externa de Cabo Verde: caso da Parceria Especial com a UE” Universidade do Mindelo. Mindelo, 2015.

<sup>72</sup> Idem

<sup>73</sup> Idem

## **CAPÍTULO III: UNIÃO EUROPEIA**

### **III.1. UNIÃO EUROPEIA – BREVE HISTORIAL**

Após o fim da II Guerra Mundial, acontecido em maio de 1945, com a assinatura da capitulação alemã, constatou-se que tal conflito tinha sido o causador da maior calamidade alguma vez ocorrido à superfície da terra, destruindo milhões de vidas humanas, cujas estimativas rondam os cerca de setenta milhões e causando a devastação de cidades quase inteiras. O fim daquela não trouxe a paz como seria expetável, perfilando-se, no imediato, uma nova ameaça.

Assistiu-se ao nascimento de dois polos completamente antagónicos em termos de ideais e ideias políticos. De um lado, o Ocidente, com os EUA como principal potência e, do outro lado, o Leste, com a URSS como denominador principal<sup>74</sup>. A Guerra Fria fazia pesar à ameaça de um conflito entre as regiões leste e oeste do continente. Cinco anos após o termo da Segunda Guerra Mundial, os antigos adversários (EUA/URSS) estavam longe da reconciliação. Era urgente evitar repetir os erros do passado e criar condições para uma paz duradoura.<sup>75</sup>

Para os europeus, e depois de duas guerras fratricidas, a conclusão óbvia foi a de que a Europa já não era só por si capaz de resolver os seus problemas. A ajuda fundamental na resolução de ambos os conflitos veio do outro lado do atlântico. A Europa, a muito custo, teve de reconhecer que, pese embora o legado histórico que lhe granjeou fama e fez dela a maior potência, esse mesmo legado tinha-se tornado inócuo pois não souberam resolver entre eles os problemas.<sup>76</sup>

De acordo com BUGIA (2014), após o fracasso da Conferência de Moscovo, a URSS que havia estado do lado dos aliados na luta contra o nazismo, começa ela própria a expandir os seus ideais políticos, através da criação do Kominform, chegando a recorrer

---

<sup>74</sup> BUGIA, João M. da Silva (2014), “A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia: Portugal País Atlântico ou País Europeu”, Dissertação de Mestrado, Lisboa 2014

<sup>75</sup> SILVA, Rita C. R. Coelho da (2011), “Direito da União Europeia: As Origens da União Europeia”, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Março 2011

<sup>76</sup> BUGIA, João M. da Silva (2014), “A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia: Portugal País Atlântico ou País Europeu”, Dissertação de Mestrado, Lisboa 2014

ao uso da força como forma de persuasão, como por exemplo o golpe de Praga, a que se seguiu o bloqueio a Berlim, originando este ato a divisão da Alemanha em dois países.

Este comportamento da URSS contribuiu para que, em abril de 1949, fosse assinado, em Washington, o Pacto do Atlântico ou OTAN, que teve na sua génese de constituição a falta de segurança e a instabilidade que se vivia na Europa face ao clima de Guerra Fria.<sup>77</sup>

É no contexto de destruição da Europa e de submissão às duas superpotências, EUA e URSS, que surgem as primeiras ideias de integração europeia com o objetivo de definir em comum os destinos dos povos europeus, de forma a conseguir uma integração política e económica. Assim, em 1949, foi instituída a Organização Europeia de Coordenação Económica que visava assegurar a coordenação do auxílio americano à Europa através do Plano Marshall.<sup>78</sup>

Foi, pois, neste clima de insegurança que se seguiu ao fim da II Guerra Mundial, que alguns políticos, percebendo a instabilidade que se continuava a viver na Europa, começaram a proferir discursos fazendo apelo à paz, segundo BUGIA (2014) num discurso proferido por Winston Churchill na Universidade de Zurique, setembro de 1946, entendido como fazendo a apologia dos Estados Unidos da Europa.

Foi assim, que um conjunto de personalidades, entre as quais Jean Monnet, Robert Schuman e Konrad Adenauer se lançaram na ação de criar um interesse comum entre os seus países.

Se o discurso de Churchill pode ser entendido como o tónico, a criação do Conselho da Europa serviu como experiência que se tornou definitiva e demonstrou que os Estados, se de facto o desejassem, podiam contribuir para um melhor bem-estar na Europa, desde que os objetivos fossem por todos desejados. Foi através de um discurso de Schuman, Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, que foram lançados os alicerces do que viria a ser a União Europeia. (BUGIA, 2014)

Na Declaração Schuman era feito um apelo à paz, à reconciliação com a República Federal Alemã, à abertura ao Leste e à solidariedade com África. Para além disso, o Plano

---

<sup>77</sup> BUGIA, João M. da Silva (2014), “A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia: Portugal País Atlântico ou País Europeu”, Dissertação de Mestrado, Lisboa 2014

<sup>78</sup> União Europeia (sem data) “União Europeia: Como surgiu a União Europeia”, Doc disponível em <http://www.esar.edu.pt/be/ficheiros/Recursos/Economia/Uniao%20Europeia.pdf>, última visita 24/10/2018

Schuman propunha a criação de uma associação para a produção e consumo do carvão e do aço. Este projeto procurava não só a criação de um mercado comum em dois importantes ramos de produção industrial, como também consolidar a paz, pois tratar-se-ia de integrar económica e politicamente a Alemanha.

A Alemanha Federal viu na aceitação do Plano Schuman a possibilidade de recuperar o respeito das outras nações e, assim, em abril de 1951, é assinado o Tratado de Paris que criou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Foram membros fundadores, para além da França e da Alemanha, a Itália, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo (estes três últimos países tinham, em 1948, uma união aduaneira acordada que entrou em pleno funcionamento em 1960, denominada por Benelux), sendo o seu primeiro presidente Jean Monnet.<sup>79</sup>

A cooperação dos Estados-membros no seio da CECA e o bom funcionamento dos mercados comuns do carvão e do aço vieram demonstrar a utilidade do processo de integração e o interesse de o levar mais longe, criando um mercado comum para todos os produtos. Desta forma, em junho de 1955, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos seis países integrantes, reunidos em Messina, criaram uma comissão encarregue de estudar a possibilidade de criação de um mercado comum.<sup>80</sup>

Esta comissão, presidida pelo ministro belga, Paul-Henri Spack, elaborou um relatório, denominado Spack, que veio a constituir a base do Tratado de Roma, criador da CEE, e do tratado que instituiu a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM). Assinados pelos seis Estados-membros a 25 de março de 1957 e posteriormente ratificados, os tratados entraram em vigor a 1 de janeiro de 1958. A partir de 1 de julho de 1967, a CECA, a CEE e a EURATOM passaram a ser geridas por instituições comuns, utilizando-se, até 1993, a sigla CEE para as designar no seu conjunto.<sup>81</sup>

De acordo com SILVA (2011), foi na Cimeira de Paris, em outubro de 1972, e já depois do primeiro alargamento, que os Estados-membros reafirmaram a sua vontade de fundar o desenvolvimento da sua Comunidade na democracia, na liberdade de expressão, na livre circulação das pessoas e das ideias e na participação dos povos através dos seus

---

<sup>79</sup> União Europeia (sem data) “União Europeia: Como surgiu a União Europeia”, Doc disponível em <http://www.esar.edu.pt/be/ficheiros/Recursos/Economia/Uniao%20Europeia.pdf>, última visita 24/01/2019

<sup>80</sup> Idem

<sup>81</sup> Idem

representantes livremente eleitos. Os Estados-membros da Comunidade afirmaram a sua intenção de transformar o conjunto das suas relações numa União Europeia, até ao fim da década de 70.

Assim, a União Europeia traduz-se na aliança política e económica constituída pela CECA, pela CEE, geralmente designada como Mercado Comum, e pela EURATOM.<sup>82</sup>

Construiu-se, deste modo, um mercado único de bens e de serviços que abrange, atualmente, 28 países e 500 milhões de cidadãos com liberdade para circular e se fixarem onde quiserem. A UE criou uma moeda única, o euro, atualmente uma das principais moedas mundiais, o que torna o mercado único mais eficiente. A UE é também o maior fornecedor de programas de ajuda humanitária e ao desenvolvimento no mundo. Estes são apenas alguns dos resultados alcançados até à data. Numa perspetiva de futuro, a UE está empenhada em libertar a Europa da crise económica que a assolou em 2008. Está na vanguarda da luta contra as alterações climáticas e suas consequências; como pretende continuar a crescer, apoia os países vizinhos na preparação para sua adesão à UE; além disso, está a construir uma política externa comum que contribuirá para tornar os valores europeus extensivos ao mundo. O êxito destas ambições depende da capacidade para tomar atempadamente decisões eficazes e para as aplicar corretamente.<sup>83</sup>

A União Europeia baseia-se no Estado de direito. Quer isto dizer que cada medida tomada pela UE assenta em tratados aprovados voluntária e democraticamente por todos os países da União. Os tratados são negociados e aprovados por todos os Estados-membros da UE e são ratificados pelos parlamentos nacionais ou através de um referendo. Eles estabelecem os objetivos da UE, as regras de funcionamento das suas instituições, o processo de tomada de decisões e a relação entre a União e os seus Estados-membros. Tiveram de ser alterados sempre que se registou a adesão de novos Estados-membros. Ocasionalmente, os tratados foram também alterados com o objetivo de introduzir reformas nas instituições europeias e atribuir à União Europeia novos domínios de responsabilidade. (COMISSÃO EUROPEIA, 2013)

---

<sup>82</sup> União Europeia (sem data) “União Europeia: Como surgiu a União Europeia”, Doc disponível em <http://www.esar.edu.pt/be/ficheiros/Recursos/Economia/Uniao%20Europeia.pdf>, última visita 24/10/2018

<sup>83</sup> Comissão Europeia (2013), “Compreender as Políticas da União Europeia: Como funciona a União Europeia”, Direção-geral, Bélgica 2013

As relações com os países que não pertencem à UE são da responsabilidade do alto-representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança que é nomeado pelo Conselho Europeu e ocupa também o cargo de vice-presidente da Comissão Europeia. Ao nível dos chefes de Estado e do Governo, a União é representada pelo presidente do Conselho Europeu. O Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) funciona para a União como um ministério dos negócios estrangeiros e um serviço diplomático, sob a tutela do alto-representante. É composto por peritos transferidos do Conselho, dos Estados-membros e da Comissão Europeia. O Conselho elabora e toma decisões no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum da UE, com base em diretrizes fixadas pelo Conselho Europeu. A Comissão, por sua vez, é responsável pelas políticas comerciais e de financiamento aos países terceiros, nomeadamente em matéria de ajuda humanitária ou ao desenvolvimento. Para além da política externa e de segurança, a Comissão também representa a União em todos os domínios que são da competência da União Europeia.<sup>84</sup>

De acordo com COVAS (2017), uma pequena incursão histórica por seis décadas de construção europeia permite-nos perceber nela três grandes períodos e três filosofias de integração. Nomeadamente, o período que decorre entre o fim da Segunda Grande Guerra (1945) e o fim da Guerra Fria (1989), marcado por uma filosofia de integração funcionalista, jurídico-económica e tecnocrática, no quadro mais geral das relações bipolares definidas pelas duas grandes superpotências; o período vertiginoso que decorre entre a queda do muro de Berlim (1989) e o momento de ratificação do tratado constitucional (2005), marcado por uma filosofia de integração mais voluntarista, política e institucionalmente, seja na adoção de uma moeda única, na definição de uma política externa e de segurança comum, na implementação de uma cooperação policial e judicial em matéria penal ou, finalmente, no grande objetivo do alargamento; e, finalmente, o terceiro período, que se inicia com o veto de França e Holanda (2005) ao tratado constitucional, com passagem pelo tratado de Lisboa, e, por fim, a grande crise sistémica de 2008, marcado pelo regresso do intergovernamentalismo, a multiplicação das cimeiras europeias e o espetáculo político-mediático dos encontros informais do diretório franco-alemão.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Comissão Europeia (2013), “Compreender as Políticas da União Europeia: Como funciona a União Europeia”, Direção-geral, Bélgica 2013

<sup>85</sup> COVAS, António (2017), “União Europeia: Uma breve história do futuro para um governo dos bens comuns europeu”; Associação Portuguesa dos estudos europeus, Faro 2017

### III.2. A POLÍTICA EXTERNA EUROPEIA

A União Europeia, conhecida até 1993 como Comunidade Económica Europeia, é uma organização intergovernamental que possui instituições e uma estrutura decisória própria. Os seus fundadores tinham como objetivo a construção de uma Europa unida por meios pacíficos, criando condições propícias ao crescimento económico, à coesão social entre as diversas populações europeias e uma maior integração política e cooperação entre os governos dos seus Estados-membros.<sup>86</sup>

De acordo com EIDT (2011), durante a década de 1960, houve a tentativa, ainda que fracassada, da França em centralizar a política externa, através de reuniões regulares dos Chefes de Estado em Paris, criando uma política externa e de defesa comum aos Estados-membros da CEE. Contudo, esse fracasso, causado principalmente pela intolerância da própria proponente, a França de De Gaulle, em aceitar as emendas propostas pelos estados das Comunidades Europeias (CE) de ligar a atuação externa das mesmas à OTAN, possibilitou a reaproximação entre França e Alemanha, confirmada através do Tratado de Cooperação Franco-Alemã de 1963. Portanto, nesse período, houve mais troca de ideias e explicações sobre razões do posicionamento de cada país em determinada situação que se colocava como desafio às Relações Internacionais do que, efetivamente, qualquer tipo de política externa cooperada entre os membros das CE.

Durante o final da década de 1980 e o início da década de 1990, um novo contexto no sistema internacional se encontrava em pauta, provocado pela desarticulação da URSS, levando ao fim da Guerra Fria e a uma drástica alteração no cenário europeu e mundial (EIDT 2011, BUGIA 2014). Enquanto a reunificação da Alemanha se concretizava, diversos países da Europa Central e do Leste se emancipavam, tornando-se países de economia capitalista, enquanto a União Soviética colapsava.<sup>87</sup>

Os acontecimentos políticos internacionais ocorridos entre o final da década de 80 e o princípio da década de 90, ao nível geopolítico, contribuíram para que os Estados-membros da UE decidissem instituir uma verdadeira União (FERGUSON e MANSBACH, 1996), cujos principais objetivos seriam e como refere Patrícia Teles a

---

<sup>86</sup> Comissão Europeia, Direção Geral de Comunicação “Como surgiu a União Europeia”

<sup>87</sup> EIDT, Francis Puhl (2011) “Política Externa e Segurança Comum da União Europeia – Um jogo de três níveis: Uma visão da análise de Política Externa” Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2011

*“afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum, que inclua a definição, a prazo, de uma política de defesa comum”*.<sup>88</sup>

A política externa comum da UE teve a sua origem na Cooperação Política Europeia (CPE), constituída na década de 50, mas apenas iniciada em 1970, tendo como fundamento harmonizar as ideias dos Estados-membros sobre assuntos de política internacional. Como tais decisões obrigavam a consenso, revelaram-se praticamente ineficazes pois os interesses nacionais dos Estados-membros sobrepunham-se aos interesses da União. Apesar de algumas reticências, a CPE foi-se desenvolvendo de forma contínua, tendo por base decisões e práticas que foram adotadas pelos Estados-membros, e que culminou na sua consagração através do Título III do Ato Único Europeu, assinado em fevereiro de 1986.<sup>89</sup>

A União Europeia dotou-se, em 1999, de uma Política Europeia de Segurança e de Defesa (PESD) de maneira a tornar-se melhor capaz de fazer face às crises. A PESD inscreve-se na Política Externa e de Segurança Comum (PESC), instituída em 1992 pelo Tratado de Maastricht. O Tratado de Maastricht, que instituiu a União Europeia e fixou a necessidade de erigir novas diretivas comunitárias em domínios como a cidadania europeia, a política externa e a segurança do espaço europeu, concedeu um contributo extremamente positivo quanto à possibilidade de se estabelecer uma política de defesa comum.<sup>90</sup>

O aumento da dimensão económica da UE foi acompanhado da necessidade e vontade desta instituição em se afirmar no plano internacional, dando vazão à sua pretensão imperial, intervindo em domínios como a diplomacia e segurança. Os conflitos que irromperam na Europa do Sudeste na década de 90, na sequência do desmoronamento da Jugoslávia, bem como a luta contra o terrorismo internacional, impeliram os dirigentes da UE a agirem em conjunto para debelar as ameaças transnacionais. Essas circunstâncias explicam o facto da UE dispensar uma importância significativa à problemática da segurança, o que também reflete a preocupação global de travar as ameaças

---

<sup>88</sup> BUGIA, João M. da Silva (2014), “A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia: Portugal País Atlântico ou País Europeu”, Dissertação de Mestrado, Lisboa 2014

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> COSTA, Suzano (2007) “Cabo Verde e a integração europeia: a construção ideológica de um espaço imaginário” Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

transfronteiriças, principalmente depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA.<sup>91</sup>

Um dos aspetos fundamentais de Maastricht era aprofundar o caminho para uma União Europeia, utilizando as estruturas institucionais já existentes e acrescentando outras novas, relativas a vários assuntos, entre os quais uma política externa e de segurança comum. A substituição da CPE por uma PESC destinada a cobrir todas as áreas de política externa e de segurança implicou um grande avanço no processo de integração, e, particularmente, uma grande transformação no que diz respeito à cooperação política. Pela primeira vez, os Estados-membros estabeleceram o objetivo de uma “política externa e de segurança comum”. O Tratado da União Europeia marcou, assim, o começo de uma nova etapa no processo de integração europeia, pois, ao decidir implementar uma política externa e de segurança comum, as instituições da União passaram a estar envolvidas em áreas que, tradicionalmente, pertenciam ao domínio exclusivo dos Estados.<sup>92</sup>

O Tratado de Maastricht instituiu uma política externa e de segurança comum da UE, mas que se revelou pouco eficaz e produtiva, uma vez que, os objetivos plasmados no Tratado se revelaram demasiado ambiciosos face aos meios canalizados para fazer face a esses mesmos objetivos. A reformulação da PESC, proposta pelo Tratado de Amesterdão, visava assim melhorar o funcionamento da União Europeia a nível internacional. A criação da PESC teve precisamente por base dotar a União Europeia de instrumentos que se desejavam mais eficazes para enfrentar os desafios internacionais, a todos os títulos exigentes, obrigando todos os Estados-membros a procurarem a concertação nas decisões a tomar. (BUGIA, 2014; COSTA, 2017)

Os ataques de 11 de setembro de 2001 nos EUA e as grandes implicações geoestratégicas desses ataques não passaram despercebidos para a política externa da UE. Esses eventos forçaram a UE a autoavaliar seus princípios e objetivos no que diz respeito à política externa, tendo como resultado a Estratégia Europeia de Segurança (EES) de 2003, criada sob os auspícios do então alto representante, Javier Solana. A EES foi um

---

<sup>91</sup> MONTEIRO, Maria Isabel G. (2011) “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>92</sup> FERGUSON, Yale e MANSBACH, Richard (1996), “A Política Externa e de Segurança Comum e a Política Europeia de Segurança e Defesa” PUC-RIO

marco na história da Europa, pois definiu, pela primeira vez, uma agenda conjunta para a ação externa da UE.<sup>93</sup>

De acordo com BUGIA (2014) no que diz respeito à segurança comum, era um conceito que se limitava à defesa de um país baseada no controlo territorial através das suas fronteiras terrestres. A globalização veio alterar este espetro, pois as ditas fronteiras tornaram-se permeáveis às novas ameaças. O novo conceito de segurança, não diz apenas respeito aos humanos, mas também à segurança na economia, à segurança ambiental, à segurança da sociedade e à segurança militar. O carácter global e transnacional das novas ameaças obrigou a que a segurança evoluísse também, alargando-se a outras dimensões, tornando-a mais abrangente.

Com cerca de 500 milhões de habitantes, a população da UE é a terceira maior do mundo, depois da China e da Índia. A sua dimensão e o seu peso em termos comerciais, económicos e financeiros fazem da União Europeia uma potência que detém a maior quota do comércio mundial e gera um quarto da riqueza global<sup>94</sup>.

A União é o maior prestador de assistência financeira e consultoria aos países mais pobres. Confrontada com a atual ordem mundial frágil e complexa, a UE tem participado cada vez mais em ações de prevenção de conflitos, de manutenção da paz e de luta contra o terrorismo, tem apoiado o esforço de reconstrução no Iraque e no Afeganistão e foi precursora na resposta ao problema do aquecimento global e da emissão de gases com efeito de estufa.<sup>95</sup>

A Europa mantém um relacionamento amplo e profícuo, tanto com os PD como com PVD, o que inclui relações político-económicas privilegiadas com todas as potências mundiais, inclusive as emergentes, espelhando, em vários domínios, a evolução do sistema internacional.<sup>96</sup>

---

<sup>93</sup> COSTA, Olivier (2017), "A União Europeia e sua Política Exterior: História, Instituições e Processo de Tomada de Decisões", Brasília, 2017

<sup>94</sup> Comissão Europeia (2007) "A União Europeia no Mundo – A Política Externa da União Europeia" Direção Geral de Comunicação. Junho 2007

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> MONTEIRO, Maria Isabel G. (2011) "Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?", Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

As mudanças ocorridas, não apenas no sistema económico, financeiro, político e de comunicações internacionais, como também nos padrões de comportamento cultural, têm sido conotadas com a globalização.

A UE é um agente-chave em termos de política externa em diversos aspetos: Bruxelas é a segunda cidade diplomática do mundo; a UE já se envolveu em mais de 30 operações militares na união desde 2003; coopera com diversas outras organizações internacionais; a UE é o primeiro bloco de comércio e é responsável por mais de 50% da ajuda ao desenvolvimento em todo o mundo; e, por fim, a UE é líder em políticas ambientais e de combate às mudanças climáticas.<sup>97</sup>

A Política Externa da UE é um assunto complexo devido às diferentes questões que engloba, aos diferentes agentes e aos diferentes métodos de tomada de decisão e instrumentos de financiamento disponíveis.

De acordo com COSTA (2017), três principais componentes servem como base para a política externa da UE: a PESC (incluindo a Política de Defesa e de Segurança Comum (PSDC)); as políticas externas da União, como comércio, desenvolvimento e cooperação, ação humanitária, ampliação, a realização de acordos internacionais e a imposição de sanções; e a dimensão externa das políticas internas, como energia, meio ambiente/mudanças climáticas, migração, saúde e cultura, entre outros aspetos.

Nos últimos anos a UE tem intensificado o seu relacionamento com Japão e China. Nesses relacionamentos tem-se centrado no diálogo político, nos acordos sectoriais e nos intercâmbios institucionais. Como principal doador mundial, a APD e a cooperação, inicialmente concentrada em África, foram alargadas, em meados de década 70, à Ásia, à América Latina e aos países do Sul e do Leste do Mediterrâneo. O relacionamento da UE com os PVD inclui especialmente a cooperação económica e relações comerciais e a assistência técnica e financeira tradicional. O desenvolvimento das infraestruturas e programas em matéria de saúde e de educação também integram as áreas abrangidas.<sup>98</sup>

A necessidade de desenvolver as suas relações externas adveio essencialmente de dois aspetos. Uma vez que os seis países fundadores da UE suprimiram as barreiras

---

<sup>97</sup> COSTA, Olivier (2017), "A União Europeia e sua Política Exterior: História, Instituições e Processo de Tomada de Decisões", Brasília, 2017

<sup>98</sup> MONTEIRO, Maria Isabel G. "Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?", Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

internas ao comércio entre si, tinham de encarar as suas relações comerciais com outros países como uma responsabilidade partilhada. Nascia assim a Política Comercial Comum (PCC), o primeiro domínio em que os países da UE congregaram as respetivas soberanias, tendo em vista um interesse comum. Ao mesmo tempo, os Estados-membros concordaram em participar coletivamente nos custos financeiros da assistência às suas ex-colónias, sobretudo em África, à medida que estas foram alcançando a independência. Novos membros aderiram à UE e a União assumiu maiores responsabilidades. Assim, teve de definir mais exaustivamente as suas relações com o resto do mundo e com organizações internacionais.<sup>99</sup>

A União Europeia está, sem dúvida, melhor equipada para agir externamente do que nos dias iniciais das Comunidades Europeias. Entretanto, essa evolução não se deu sem obstáculos, conforme mostra a história. A crise económica e financeira de 2008 teve um efeito bastante negativo na política externa da união, com redução nos orçamentos (defesa, desenvolvimento, etc.) e a opinião pública europeia apresentando uma posição mais introvertida. O Brexit também vai ser um grande desafio em termos de capacidade militar e influência diplomática. Ao mesmo tempo, a nova ordem mundial multipolar, na qual poderes (re)emergentes (por exemplo, Rússia, Brasil, China, Índia, México, etc.) desejam desempenhar um papel maior na definição dos problemas e das soluções do mundo, também gera um desafio para a política externa da UE.<sup>100</sup>

Ainda no quadro das relações da UE, as Regiões Ultraperiféricas (RUP), embora constituam parte integrante da UE, gozam, nos termos do Tratado de Amesterdão, de um tratamento especial, dadas as suas condições geográficas e conseqüente incipiente desenvolvimento económico. Inspirado na Política Europeia de Vizinhança (PEV), o diálogo entre os países vizinhos das RUP faz-se através da Política Europeia da Grande Vizinhança (PEGV) que faz apelo à integração regional das RUP com as suas regiões circundantes. Daí a possível articulação entre o Fundo Europeu de Desenvolvimento e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), respetivamente. A política de Coesão da UE prevê a possibilidade de financiar dentro de 10% da dotação financeira atribuída a projetos de cooperação implementados em Estados terceiros. Neste momento,

---

<sup>99</sup> Comissão Europeia, (2007) “A União Europeia no Mundo – A Política Externa da União Europeia” Direção Geral de Comunicação Junho 2007

<sup>100</sup> COSTA, Olivier (2017), “A União Europeia e sua Política Exterior: História, Instituições e Processo de Tomada de Decisões”, Brasília, 2017

Cabo Verde faz parte do grupo de países abrangidos pela PEGV e é o país que mais tem beneficiado desta política, ou seja, do FEDER.<sup>101</sup>

Resumindo, atualmente as grandes dimensões/ações da política externa europeia traduzem-se: i) nas relações económicas com os seus parceiros (que incluem também a cooperação técnico-financeira com os PD), com base na PCC; ii) na cooperação para o desenvolvimento com os PVD e a ajuda humanitária e iii) na componente securitária desenvolvida pela PCSD. Apesar da UE ter a sua própria agenda, esta não destoa, grosso modo, das atuais tendências mundiais (sendo simultaneamente influenciada e influenciadora) dominadas pelo fenómeno da globalização que tem dominado a convivência internacional, mundializando não só aspetos positivos como também negativos.

Segundo MONTEIRO (2011), a Parceria entre a África e a UE é uma vertente importante do relacionamento desta organização com os PVD. A UE é o maior parceiro económico da África e o maior doador de APD a este continente. A cooperação entre os dois continentes assenta em três pilares fundamentais: o diálogo político, o comércio e a cooperação para o desenvolvimento, sendo o Acordo de Cotonou<sup>102</sup>, assinado em 2000 e revisto em 2005, o instrumento jurídico que rege, por excelência, o relacionamento entre as duas partes.

As profundas mudanças na ordem económica e política mundial da década de 90 influenciaram grandemente o debate europeu sobre o relacionamento com a África. O fim da polarização Leste/Oeste, a globalização, a formação de blocos regionais e a crescente disparidade entre os PVD, provocaram uma radical reavaliação das tradicionais relações de cooperação para o desenvolvimento, pondo a descoberto a ineficácia da APD e o paradoxo que é ajudar países corruptos e/ou com regimes ditatoriais.<sup>103</sup>

Embora o discurso político sublinhe reiteradamente a questão da Parceria entre África e Europa e o AC enfatize a igualdade entre as duas partes e a apropriação por parte de cada país integrante do grupo da África, Caraíbas e Pacífico da sua estratégia de

---

<sup>101</sup> MONTEIRO, Maria Isabel G. "Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?", Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>102</sup> <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cotonou-agreement/>

<sup>103</sup> MONTEIRO, Maria Isabel G. "Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?", Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

desenvolvimento, pressupondo um relacionamento para além daquele entre o doador/recetor, o continente africano não conseguiu, ainda, impor-se como um parceiro igualitário. Isso é perceptível tanto nas condicionalidades impostas como nos eixos de cooperação centrados em África e nos problemas do mesmo, numa perspetiva paternalista, salvo algumas exceções como a problemática da segurança, que recentemente começou a fazer parte, de facto, da agenda conjunta.<sup>104</sup>

De acordo com MONTEIRO (2011), na perspetiva de João Gomes Cravinho, nem as novas realidades, coadjuvadas com as constantes mutações nas relações internacionais, permitiram que o relacionamento África/Europa passasse dos moldes clássicos/paradigma pós-colonial, persistindo, com exceção da África do Sul, a relação doadora/recetor, com fortes indícios de desigualdade, coercibilidade e paternalismo.

### **III.3. PRIORIDADES E OBJETIVOS DA POLÍTICA EXTERNA EUROPEIA**

A União Europeia enfrenta desafios sem precedentes, nomeadamente elevado desemprego, lento crescimento económico, incertezas económicas e uma enorme falta de investimento, pressão migratória, desafios de cariz ambiental e de segurança e instabilidade dos seus países vizinhos. Muitos cidadãos perderam a confiança na capacidade das instituições políticas, a todos os níveis, conseguirem lidar com estes desafios. Estão a ser postos em causa alguns dos resultados conseguidos até o momento, em matéria de integração europeia, como a livre circulação de pessoas e as fronteiras internas abertas.<sup>105</sup>

A política externa da UE também é composta pelas políticas externas clássicas, como comércio internacional, desenvolvimento e cooperação, ajuda humanitária, cooperação económica e financeira com países terceiros, sanções e acordos internacionais. (COSTA, 2017)

---

<sup>104</sup> MONTEIRO, Maria (2011) “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>105</sup> Comissão Europeia “Compreender as políticas da União Europeia: Dez prioridades para a Europa” Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2015

Há duas diferentes correntes de pensamento que analisam o papel da UE no Sistema Internacional. A primeira analisa a UE como um ator unitário no sistema internacional, visão que é limitada, pois foca-se em resultados, ao invés de explicar os processos internos que levam a tomada de decisão na atuação externa. Além disso, o estudo da UE através dessa visão impossibilita uma ideia mais ampla do sistema europeu, já que existem múltiplas realidades que constituem esse organismo internacional. A segunda corrente de pensamento vem da corrente neoliberal institucionalista que explica o comportamento do ator como uma função de instituições internacionais ou de outras estruturas dentro das quais os atores estão localizados. Contudo, o foco na estrutura do sistema, das correntes neoliberal e neorrealista restringem o estudo, já que o foco central deveria ser os agentes que definem o processo decisório.<sup>106</sup>

A UE é o maior bloco de comércio (tanto em termos de mercadorias quanto de serviços) baseado no simples tamanho de seu mercado interno, que engloba quase 500 milhões de pessoas. O comércio ou, no jargão da UE, a PCC, tem sido uma competência exclusiva desde os Tratados de Roma. As bases legais podem ser encontradas na parte 5, título II do Tratado do Funcionamento da União Europeia (TFEU). Isso significa que a Comissão é um agente importante que atua como única negociadora no comércio da União. Contudo, os Estados-membros são plenamente envolvidos em todas as fases, pois precisam dar as ordens de negociação (estágio de autorização), precisam participar das negociações propriamente ditas (fase de negociação) e precisam ratificar o acordo final (estágio de ratificação).<sup>107</sup>

Entretanto, o impasse que o caminho multilateral tem sofrido desde os anos 2000, forçou a UE a trocar de estratégia e optar pela abordagem bilateral/inter-regional, criando, então, uma rede de acordos preferenciais. (COSTA, 2017)

A nova Estratégia Global da UE imagina um uso mais estratégico da política comercial como uma ferramenta de política externa e prevê um programa ambicioso de livre comércio para definir a governança global.

De acordo com COSTA (2017), o comércio exterior não significa apenas comércio. Possui implicações profundas na política externa e fornece à União uma

---

<sup>106</sup> EIDT, Francis Puhl (2011) "Política Externa e Segurança Comum da União Europeia – Um jogo de três níveis: Uma visão da análise de Política Externa" Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2011

<sup>107</sup> COSTA, Olivier (2017), "A União Europeia e sua Política Exterior: História, Instituições e Processo de Tomada de Decisões", Brasília, 2017

ferramenta de política externa valiosa. Por exemplo, os princípios que guiam a ação externa geral da UE também estão presentes nos Acordos Comerciais, pois normalmente incluem cláusulas de Direitos Humanos. Por meio da aplicação de sanções e medidas restritivas, o comércio também constitui um instrumento de política externa valioso, complementando os demais instrumentos políticos à disposição da União.

Outra política externa importante da UE que já existe há bastante tempo é a política para cooperação do desenvolvimento. A UE é a maior provedora de Assistência Oficial para o Desenvolvimento e a principal impulsionadora de debates globais sobre políticas<sup>108</sup>. Referências às relações com países em desenvolvimento já foram incluídas no Tratado da CEE, especialmente com países africanos. A cooperação para o desenvolvimento evoluiu como uma área de competência compartilhada entre a União e os Estados-membros no que tange às bases legais, a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável como os principais objetivos da ação externa da UE. Adicionalmente, a importância da erradicação da pobreza indica que a União deve garantir consistência entre as diferentes áreas de sua ação externa e entre essas e outras políticas.<sup>109</sup>

Do ponto de vista político, a UE emitiu em 2005 um documento importante sobre sua política de desenvolvimento e cooperação, o chamado Consenso Europeu sobre Desenvolvimento (CED), pois, pela primeira vez, a UE possuía uma declaração de política de desenvolvimento comum. O CED foi complementado em 2011 com um novo documento estratégico, a “Agenda para Mudanças”, que buscou reforçar o consenso, fornecendo maior foco em governança e crescimento inclusivo para aumentar o impacto (COSTA, 2017).

Nesse campo, a UE está totalmente alinhada aos esforços das Nações Unidas de erradicar a pobreza e combater a exclusão econômica e social. Por essa razão, a UE é um agente importante na concepção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, declarados após a Cúpula Rio+20, em 2012.<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> COSTA, Olivier (2017), “A União Europeia e sua Política Exterior: História, Instituições e Processo de Tomada de Decisões”, Brasília, 2017

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> Idem.

Em novembro de 2014, Jean-Claude Juncker assumiu a presidência da Comissão Europeia, tendo sido eleito com base num programa político cujo objetivo primordial era a reconstrução de pontes na Europa e restabelecimento da confiança dos cidadãos europeus, centrando as políticas da UE nos principais desafios que se colocavam para as suas economias e sociedades, visando também o fortalecimento da legitimidade democrática.

A fim de enfrentar todos esses desafios, Jean-Claude Juncker identificou 10 prioridades fundamentais: um novo impulso para o emprego, o crescimento e o investimento; um mercado único digital conectado; uma união mais resiliente no setor da energia, dotada de uma política visionária em matéria de alterações climáticas; um mercado interno mais aprofundado e mais equitativo, dotado de uma base industrial reforçada; uma união económica e monetária mais aprofundada e mais equitativa; um acordo de comércio livre razoável e equilibrado com os Estados Unidos; um espaço de justiça e de direitos fundamentais assente na confiança mútua; uma nova política em matéria de migração; uma Europa mais forte na cena mundial; e uma união de mudança democrática.<sup>111</sup>

Em 28 de junho de 2016, apenas alguns dias após o Reino Unido ter decidido sair da União Europeia, o alto representante apresentou ao Conselho Europeu a nova “Estratégia Global da UE” (EUGS), o principal documento de segurança estratégica desde a publicação da EES em 2003. A EUGS representa uma nova abordagem à política externa e de segurança, que se concentra na ideia de “realismo baseado em princípios”. Ao passo que a EES era considerada “superotimista” e, até certo ponto, inocente do ponto de vista ideológico, a EUGS foi definida como sendo menos ideológica sobre os valores da UE e mais realista sobre seus interesses. Como um documento, a EUGS exhibe a complexidade e a abrangência da política externa da UE, conforme descrita acima, indicando a “grande variedade de atividades nas quais a UE já participa ativamente”. Pela primeira vez, a UE foi capaz de definir seus interesses vitais (segurança dos cidadãos da UE e de seu território, prosperidade, democracia e ordem global baseada em regras), que, ao mesmo tempo, foram transformados pela EUGS em cinco prioridades políticas.<sup>112</sup>

---

<sup>111</sup> Comissão Europeia “Compreender as políticas da União Europeia: Dez prioridades para a Europa” Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2015

<sup>112</sup> COSTA, Olivier (2017), “A União Europeia e sua Política Exterior: História, Instituições e Processo de Tomada de Decisões”, Brasília, 2017

De acordo com Costa (2017), a segurança da própria UE foi a primeira prioridade estabelecida pela EUGS, o que implica a necessidade de fortalecer as estruturas de gestão de crise da União no âmbito da PSDC, tanto na sua dimensão militar quanto civil. A estratégia enfatiza o desenvolvimento da esfera militar para fornecer à União “independência estratégica” da OTAN, embora tendo como objetivo a complementaridade total. A segurança também é uma questão interna e a EUGS se relaciona à dimensão externa das políticas internas nessa área, como cooperação entre os Estados-membros para combater as ameaças terroristas (justiça e assuntos internos) e uma abordagem comum para controlar a crise da migração (política de migração). Adicionalmente, a ênfase da EUGS na cooperação para defesa também pode ter um impacto positivo na indústria de defesa europeia, pois, certamente, irá promover a pesquisa e aprofundar a cooperação. A segunda prioridade está relacionada à vizinhança da UE e à vizinhança estendida. Ao contrário da EES, cujo objetivo era estabelecer regimes democráticos como princípio, a EUGS é mais cautelosa e se atém à noção de “resiliência”, cujo propósito é apoiar as estruturas estaduais de governança e reduzir sua fragilidade (resiliência do estado) e, ao mesmo tempo, apoiar a sociedade civil (resiliência social) do ponto de vista econômico e político. A nova estratégia não tenta impor nenhuma fórmula democrática pré-definida para países terceiros. Entretanto, seu compromisso com o respeito aos direitos humanos continua o mesmo. Uma abordagem global, no que tange a conflitos e crises, é definida como a terceira prioridade da EUGS e possui implicações claras nas políticas de desenvolvimento e cooperação, ajuda humanitária e outros instrumentos políticos à disposição da União. Por fim, a quarta e a quinta prioridades são o compromisso de promover ordens regionais estáveis (regionalismo) e uma governança global efetiva (multilateralismo).

Certamente não são prioridades novas, mas foram adaptadas à nova “concorrência geopolítica” entre os diferentes poderes globais e regionais. Sobretudo, a EUGS é um documento “para ação”, pois já contém disposições sobre como desenvolver e implementar as prioridades listadas. Mesmo considerando o fato de a estratégia ter sido criada sob os auspícios do alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e vice-presidente da Comissão Europeia, seu conteúdo não pode

ser traduzido em política externa real, a menos que seja apoiado pelos Estados-membros e fortalecido pelos recursos da Comissão.<sup>113</sup>

Na perspectiva europeia, a liberdade de ação na arena internacional depende da resolução das questões do terrorismo/ criminalidade organizada e dependência energética. Do ponto de vista africano, estas questões são igualmente prioritárias, mas a par do vazio do poder institucional e do subdesenvolvimento. Desta forma, UE e União Africana encontram na segurança uma plataforma comum para a complementaridade dos seus interesses, abrindo caminho para a criação de políticas comuns.

Existe, no seio da UE, uma clara divergência de perceções em relação à África. Para alguns Estados pode constituir um centro vital de interesse, como é o caso de Portugal, enquanto que para outros poderá ter uma importância relativa, ou mesmo inexistente, como é o caso dos países do Leste. A viabilidade de uma política externa comum não é ponto assente, passa por uma definição clara do papel da Europa na transformação do mundo. “Mais do que ganhar a guerra trata-se de ganhar a paz”. Para o sucesso da Cimeira, a UE e todos os seus Estados-membros terão de acordar na vontade política para a operacionalização do diálogo Europa/África. Não é possível ter uma política externa efetiva sem antes haver um processo de definição: os interesses nacionais e os interesses da UE podem mesmo excluir-se mutuamente, mas o resultado deverá ser sempre um compromisso negociado entre os Estados.<sup>114</sup>

No que concerne à Organização do Tratado do Atlântico Norte, esta nunca olhou para o continente africano como uma das suas principais prioridades. Entretanto, em 2006, realizou o seu primeiro exercício em África, mais precisamente em Cabo Verde, Estado do qual se disse ter uma tripla fronteira, isto é, com o continente africano, o europeu e o americano. O novo conceito estratégico da OTAN tende a torná-la numa agência global de segurança pelo que, no pós-Afeganistão, virou a sua atenção para África.<sup>115</sup>

As relações da UE com África têm sido marcadas pelas questões da governação, direitos humanos e segurança. A ação da União Europeia em África deverá ter dois objetivos, que tradicionalmente eram interpretados em paralelo: a Segurança e Defesa e

---

<sup>113</sup> COSTA, Olivier (2017), “A União Europeia e sua Política Exterior: História, Instituições e Processo de Tomada de Decisões”, Brasília, 2017

<sup>114</sup> EuroDefense-Portugal; “A União Europeia as relações com África”, Lisboa, novembro de 2007

<sup>115</sup> Idem.

a Ajuda ao Desenvolvimento. Hoje, reconhece-se que são duas faces da mesma moeda. Os Estados e as Organizações voltam a África propondo a cooperação por razões de segurança, económicas e humanitárias. É já nesta perspetiva que se inserem a Cimeira do Cairo (2000) e a criação da União Africana<sup>116</sup>.

### III.4. OUTRAS PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A UE apresenta redes de parcerias estratégicas com países e organizações por todo o mundo. A Política Europeia de Vizinhança rege as suas relações com 16 países vizinhos, a leste e a sul. Dos do sul (vizinhança meridional) fazem parte a Argélia, o Egito, Israel, a Jordânia, o Líbano, a Líbia, Marrocos, a Autoridade Nacional Palestiniana, a Síria e a Tunísia e dos do leste (vizinhança oriental) fazem parte a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia. A Rússia, embora participe nas atividades de cooperação transfronteiriça, não faz parte dela de forma propriamente dita.<sup>117</sup>

A PEV é constituída por políticas bilaterais entre a UE e os restantes países integrantes e por um quadro de cooperação regional, a União para o Mediterrâneo. (PARLAMENTO EUROPEU)<sup>118</sup>

O objetivo da UE com esta parceria consiste em criar um clima de segurança e estabilidade à sua volta, de modo a consolidar a sua própria segurança. Para tal, ela oferece a esses países grande apoio financeiro e a possibilidade de usufruírem das vantagens do seu mercado interno exigindo, por seu turno, que estes colaborem nas reformas democráticas, na instauração de uma economia de mercado, assim como, no respeito crescente pelos Direitos Humanos e demais valores fundamentais.<sup>119</sup>

Neste sentido, a União Europeia e os seus parceiros meridionais adotaram planos de ação bilaterais, também designados de prioridades de parceria ou agendas de

---

<sup>116</sup> EuroDefense-Portugal; “A União Europeia as relações com África”, Lisboa, novembro de 2007

<sup>117</sup> [https://ec.europa.eu/europeaid/regions/regiao-abrangida-pela-politica-europeia-de-vizinhanca-da-ue-e-russia\\_pt](https://ec.europa.eu/europeaid/regions/regiao-abrangida-pela-politica-europeia-de-vizinhanca-da-ue-e-russia_pt)

<sup>118</sup> Parlamento Europeu, ver em [www.europarl.europa.eu/factsheets/pt](http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt)

<sup>119</sup> BARROS, Nilton P. (2011) “A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde” trabalho de Investigação de Mestrado, Academia Militar, Lisboa.

associação, que estabelecem programas de reforma política e económica, com prioridades a curto e médio prazo. Refletindo as necessidades, os interesses e as capacidades de ambas as partes, os planos de ação procuram, em particular, desenvolver sociedades democráticas, socialmente equitativas e inclusivas, fomentando a integração económica e a educação, desenvolvendo pequenas e médias empresas e a agricultura e facilitando a circulação de pessoas nas fronteiras. (PARLAMENTO EUROPEU)

De entre todos os seus parceiros meridionais, é com Marrocos que a UE mantém uma das mais amplas relações. Está em vigor, desde 2000, um acordo de associação e foi adotado, em 2013, um novo plano de ação, no âmbito da PEV. Em 2008, foi concedido ao país um “estatuto avançado”, também no âmbito da PEV, que reflete a ambição de reforçar a cooperação e de apoiar as reformas económicas e políticas. A parceria para a mobilidade UE-Marrocos foi lançada em junho de 2013. As negociações sobre os acordos de facilitação da emissão de vistos e de readmissão e sobre um Acordo de Comércio Livre Abrangentes e Aprofundados (ACLAA) estão em curso. Além disso, entrou em vigor, em 2014, um acordo renovado de pesca. De acordo com dois acórdãos recentes do Tribunal de Justiça da União Europeia, a UE pode aplicar os seus acordos com Marrocos, mas estes não podem ser aplicados ao Saara Ocidental. (PARLAMENTO EUROPEU)

Pelo seu peso na região e pela sua importância enquanto produtor de energia, a Argélia é um parceiro essencial da UE na vizinhança meridional. Em 2005, entrou em vigor um acordo de associação entre ambas as partes. A UE e a Argélia adotaram as suas prioridades de parceria comuns, por ocasião do Conselho de Associação, em 2017. As prioridades de parceria definiram um novo quadro para o diálogo político e a cooperação reforçada, com destaque para: i) a governação e os direitos fundamentais; ii) o desenvolvimento socioeconómico e o comércio; iii) a energia, o ambiente e as alterações climáticas; iv) o diálogo estratégico e de segurança; v) a dimensão humana, a migração e a mobilidade<sup>120</sup>.

Outro parceiro meridional com relevância é o Egito cujas relações com a União Europeia regem-se por um acordo de associação que está em vigor desde 2004. No âmbito da revisão da PEV, em julho de 2017, um conjunto de prioridades de parceria UE-Egito foi adotado pelo Conselho de Associação. Embora todos os elementos do acordo de associação continuem em vigor, as prioridades de parceria, definidas em conjunto,

---

<sup>120</sup> Parlamento Europeu, ver em [www.europarl.europa.eu/factsheets/pt](http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt)

substituíram o plano de ação e irão orientar a parceria entre 2017-2020. Durante este período será dado destaque: i) à modernização económica, à sustentabilidade energética e ao ambiente; ii) ao desenvolvimento social e à proteção social; e iii) à governação, ao reforço da estabilidade e ao Estado democrático moderno. (PARLAMENTO EUROPEU)

Além disso, a UE tem procurado também promover o acesso ao mercado e a cooperação sobre as questões de migração e de mobilidade com outros parceiros meridionais. Nomeadamente, estão atualmente em curso negociações de ACLAA com a Tunísia; foram celebradas parcerias para a mobilidade com a Tunísia e a Jordânia, estando em curso negociações com o Líbano; têm sido executados vários projetos no âmbito do Mecanismo de Parceria para a Mobilidade, lançado em 2016; e estão a ser financiadas iniciativas regionais e bilaterais sobre migração e mobilidade, como sejam o Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África, na sua vertente Norte de África, na Argélia, no Egito, na Líbia, em Marrocos e na Tunísia, ou o Fundo Fiduciário Regional da União Europeia de resposta à crise síria, o «Fundo Madad», que presta apoio a refugiados sírios, a pessoas deslocadas internamente e a comunidades locais no Líbano, na Jordânia e no Egito.<sup>121</sup>

Dos seus parceiros mais longínquos, desde os EUA, Brasil, China ao Japão, importa aqui destacar a parceria estratégica com a África, conseguida pela presidência portuguesa da União Europeia em 2000, após laborioso trabalho diplomático junto dos Estados africanos.

Durante a cimeira do Cairo, em abril de 2000, a UE iniciou um novo diálogo com a África, no qual ficou aprovado um plano de ação com vista a colocar em prática a nova parceria conjunta UE/África assente em quatro *clusters*: paz e segurança; governação e Direitos Humanos; comércio e integração regional; e desenvolvimento.<sup>122</sup>

Efetivamente, esta renovada estratégia conjunta trouxe uma nova dimensão doutrinária nas relações UE/África que foi consolidada, sobretudo, com a segunda cimeira, realizada em Lisboa, durante a terceira presidência portuguesa do Conselho Europeu. A UE e os seus Estados-membros chegaram à conclusão que para cooperar com a África não se pode passar ao lado do cluster segurança. Como afirma o ex-Secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Europeus, Manuel Antunes, “hoje é absolutamente claro

---

<sup>121</sup> Parlamento Europeu, ver em [www.europarl.europa.eu/factsheets/pt](http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt)

<sup>122</sup> BARROS, Nilton P. (2011) “A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde” trabalho de Investigação de Mestrado, Academia Militar, Lisboa.

em todo o pensamento da União Europeia, na área de cooperação para o desenvolvimento e na área de ajuda à África, que sem segurança não há desenvolvimento”. Com efeito, não é só nesta vertente que a promoção da segurança e estabilidade em África interessa a UE. Sendo a Europa o continente mais próximo da África, a instabilidade nesta região gera consequências perniciosas para a União, principalmente no que se refere à deslocação em massa da população.<sup>123</sup>

Enfim, a segurança na UE está intimamente ligada à segurança em África. Assim sendo, a União Europeia, para salvaguardar os seus interesses instalados naquele continente deverá apostar incessantemente na sua viabilização, criando mecanismos capazes de promover uma paz sólida e um ambiente propício para o desenvolvimento.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> BARROS, Nilton P. (2011) “A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde” trabalho de Investigação de Mestrado, Academia Militar, Lisboa.

<sup>124</sup> Idem.

## **CAPÍTULO IV: A PARCERIA ESPECIAL ENTRE CABO VERDE E A UNIÃO EUROPEIA**

### **IV.1. AS RELAÇÕES EXTERNAS ENTRE CABO VERDE E A UNIÃO EUROPEIA**

O relacionamento entre Cabo Verde e a Europa têm raízes seculares, remontando às relações históricas e culturais com o Estado português, as quais foram extremamente profícuas para a mobilização de esforços no sentido de potenciar a integração de Cabo Verde no espaço europeu. Parafraseando o politólogo Onésimo Silveira, “*esse vínculo permitiria transformar Cabo Verde de fatalidade a um tempo inquestionável e insuperável em realidade periférica (ou ultraperiférica), com a centralidade em Portugal como ancoradouro histórico e cultural*”.<sup>125</sup>

Isto é, o relacionamento político com Portugal constituiu uma realidade permanente e recorrente à prossecução da política externa cabo-verdiana e incentivou a procura de um vínculo à União Europeia como prioridade, pois tratava-se não de uma miragem, mas de um imperativo nacional ditado pela lógica envolvente do processo globalizador.

Tendo em conta que a sustentabilidade do desenvolvimento cabo-verdiano constituía uma prioridade incontornável, assumida pelos arquitetos da política externa nacional, a ajuda da Comunidade Europeia a Cabo Verde cedo passou a ter um cariz programático fruto, por um lado, pela necessidade sentida pelas autoridades cabo-verdianas de projetarem os impactos desses apoios no desenvolvimento futuro do país e, por outro, pelo desejo da União Europeia de conferir à sua cooperação com Cabo Verde uma utilidade prática de efeitos duradouros. A prossecução de políticas públicas estrategicamente direcionadas para sectores prioritários do desenvolvimento de Cabo Verde constituiu sempre um dos princípios basilares da política de cooperação perpetrada entre Cabo Verde e a União Europeia.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> COSTA, Suzano. (2007) “Cabo Verde e a integração europeia: a construção ideológica de um espaço imaginário” Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

<sup>126</sup> Idem

A sobrevivência e afirmação internacional de Cabo Verde, enquanto potência insular, resultou, inevitavelmente, do investimento vantajoso na cooperação multilateral, com enfoque na sua política externa, obrigando a um esforço contínuo para manter a imagem e credibilidade de Cabo Verde no mundo. Por isso a necessidade de estabelecimento de parcerias estratégicas que pudessem servir de âncora à segurança e ao desenvolvimento do país, à manutenção e reforço das relações bilaterais com os parceiros tradicionais de desenvolvimento e à defesa da paz e segurança internacionais, afigurou-se como imperativa.<sup>127</sup>

Segundo SILVA (2018), olhando para a lei magna de Cabo Verde, a reciprocidade entre a UE e Cabo Verde é evidente, na medida em que ambos defendem valores como a democracia, os direitos dos homens, as políticas económicas e governativas salubres, a paz, a segurança e a luta contra a criminalidade organizada em todas as vertentes.

Esta luta por objetivos comuns culminou com a institucionalização política da relação entre a UE e CV, a qual se estreou com a adesão do arquipélago, dois anos após a sua independência, em 1977, à Convenção de Lomé I e se reafirmou com as posteriores Convenções de Lomé e o Acordo de Cotonou em vigor, constituindo, atualmente, a UE um dos principais parceiros do país, sobretudo se se agregar a vertente bilateral à multilateral. Desde então, esta relação tem sido ininterrupta, alicerçada por transações comerciais, relações humanas e afinidades culturais.<sup>128</sup>

As relações existentes entre Cabo Verde e a União Europeia têm-se revelado vitais para o desenvolvimento e consolidação do país, em todos os aspetos, consubstanciando aquilo que é classificado de Parceria Estratégica. Trata-se de uma relação que tem vindo a crescer e a consolidar-se a ponto de hoje ter atingido um patamar qualitativamente novo e inimaginável há pouco tempo. Nomeadamente, elevaram-se as suas relações a um novo patamar, tendo-se ultrapassado a tradicional relação doador/recetor e desembocado naquilo que é comumente designado por Parceria Especial.<sup>129</sup>

Com esta parceria, Cabo Verde pretende beneficiar da enorme experiência que a UE detém em vários domínios de interesse comuns e elevar o nível do seu desempenho

---

<sup>127</sup> SILVA, Nataniel F. (2018) "A Geolocalização de Cabo Verde e os desafios a segurança face as ameaças híbridas: O caso do narcotráfico e o terrorismo." Dissertação de Mestrado, ISCPSI Lisboa.

<sup>128</sup> MONTEIRO, Maria Isabel G. "Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?", Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>129</sup> Idem

através de mecanismos de convergência técnica e normativa. Isto abre também espaço para o aprofundamento da cooperação com a UE em áreas estratégicas, nomeadamente a segurança, no que toca à luta contra o tráfico de droga, de pessoas e de armas, ao controlo da migração clandestina e à luta contra o terrorismo e a criminalidade.<sup>130</sup>

#### **IV.2. DAS RELAÇÕES BILATERAIS À PARCERIA ESPECIAL**

Portugal, em termos de cooperação bilateral, é dos parceiros mais importantes de Cabo Verde. Vários indicadores são motivos justificativos desta intensa cooperação. Por um lado, em comparação aos outros membros da UE, Portugal é o país cujo relacionamento com Cabo Verde se esboça no prolongamento de fortes laços históricos, culturais e sociais que os ligam desde a independência deste. Por outro lado, a língua portuguesa mantém-se como uma prioridade importante na política externa de Cabo Verde. Aliás, funciona como um instrumento fundamental para Cabo Verde na garantia de prestígio a nível internacional e no reforço dos laços bilaterais, em particular no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.<sup>131</sup>

Segundo BARROS (2011), nas palavras do ex-Primeiro Ministro de Portugal, José Sócrates, Portugal exportava anualmente para Cabo Verde cerca de 250 milhões de Euros, quase tanto como para o Brasil. Este montante era distribuído praticamente por todos os sectores, quer públicos quer privados ou áreas não governamentais, sendo raro identificar alguma ilha ou algum sector em Cabo Verde onde não se possa confirmar a presença da cooperação portuguesa. Os seus resultados têm sido claramente visíveis, sobretudo na capacitação das estruturas institucionais ligadas às finanças públicas, à justiça, à defesa e segurança, à educação, assim como, aos aspetos aliados ao municipalismo.

Uma outra vertente da cooperação entre estes dois países consiste no apoio que Portugal prestou a Cabo Verde na criação de sinergias para a realização da Parceria Especial com a UE. A questão da mudança do paradigma relacional entre Cabo Verde e

---

<sup>130</sup> Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia: “Quadro Orientador para a Implementação”, versão de 23 de outubro de 2008.

<sup>131</sup> BARROS, Nilton P. (2011) “A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde” trabalho de Investigação de Mestrado, Academia Militar, Lisboa.

a UE foi trazido à baila pelo professor Adriano Moreira e pelo ex-presidente da República portuguesa Mário Soares que, em 2005, propuseram a adesão de Cabo Verde à UE, criando celeuma na sociedade cabo-verdiana, tendo sido esgrimidos argumentos a favor e contra essa hipotética possibilidade.<sup>132, 133</sup>

Não obstante o facto das autoridades cabo-verdianas situarem o ano de 2002 como o prelúdio das negociações para o aprofundamento das relações com a UE, foi, efetivamente, a Resolução do Parlamento Europeu sobre a PEV, de 19 de Janeiro de 2006, que forneceu o suporte jurídico para uma maior aproximação entre a UE e CV, visto o considerado na alínea G e no ponto 7. (MONTEIRO 2011)

Nisto, um dos principais desafios da terceira presidência portuguesa do Conselho Europeu, em 2007, foi convencer os Estados-membros, principalmente os do Leste, da necessidade da UE investir tempo e dinheiro numa cooperação especial para o desenvolvimento de Cabo Verde. Para tal, a estratégia portuguesa baseou-se em dois argumentos. O primeiro foi mostrar aos restantes membros da União que Cabo Verde é um exemplo de como os outros Estados africanos podem mudar para melhor. O seu progresso económico e democrático, a sua estabilidade política e também os seus bons indicadores de governança tornam este país num verdadeiro exemplo para África, em especial para a África Ocidental. O segundo argumento resumiu-se a mostrar a importância de Cabo Verde como parceiro ideal para a promoção da segurança coletiva no controlo da migração ilegal e de outros ilícitos, principalmente na região onde se insere.<sup>134</sup>

Segundo BARROS (2011), com os argumentos apresentados e após longos períodos de debates e negociações, a diplomacia portuguesa conseguiu despertar nos restantes Estados-membros o caso cabo-verdiano, induzindo-o como uma das prioridades na nova política europeia para a África. Assim sendo, pode inferir-se que a Parceria Especial UE/CV foi, indubitavelmente, um dos grandes êxitos conseguido pela 3ª presidência portuguesa do Conselho Europeu que, em 2007, através da Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento sobre o Futuro das Relações entre a

---

<sup>132</sup> BARROS, Nilton P. (2011) “A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde” trabalho de Investigação de Mestrado, Academia Militar, Lisboa.

<sup>133</sup> MONTEIRO, Maria Isabel G. “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>134</sup> Idem

União Europeia e a República de Cabo Verde renunciou uma grande metamorfose naquela que, até então, não passava de uma tradicional relação doador/beneficiário. A aprovação desta Comunicação pelo Conselho de Assuntos Gerais e Relações Exteriores da UE abriu, definitivamente, uma avenida de oportunidades no desenvolvimento desta parceria, uma "Parceria Especial" visando reforçar o diálogo e a convergência política entre as duas partes.

Pelo facto de requerer novas exigências e postura por ambas as partes, a Parceria Especial obrigou a um esforço maior das autoridades cabo-verdianas no tratamento do *dossier*. Foi criado um departamento para o efeito, a Secretaria Executiva, que é coadjuvado por outros grupos de trabalho. Também foi instituída a Troika Ministerial Cabo Verde/UE, o que demonstra o empenhamento da união em aumentar o diálogo político e a cooperação com as ilhas, embora não se possa dizer que este dossier tenha alguma vez estado no centro da agenda política europeia. (MONTEIRO 2011)

A Parceria Especial então estabelecida, não se tratava de uma alternativa ao Acordo de Cotonou. Pelo contrário, constituía uma otimização dos seus mecanismos, sendo que pretendia ultrapassar o paradigma de doador/beneficiário para alcançar um novo patamar que favorecesse a criação de um quadro de diálogo político amplo na defesa dos interesses comuns das duas partes<sup>135</sup>.

O quadro matricial do relacionamento entre CV e UE, todavia, continua a ser o AC, tendo a Comunicação frisado que o mesmo deverá permanecer. Portanto, a Parceria Especial constitui um complemento e não deve, de forma alguma, substituir as relações de base existentes. Este pormenor, que parece uma minudência, revela-se de grande relevância, pois, por si só, delimita o que poderão vir a ser os contornos deste relacionamento. Isto é, a subordinação ao AC, que é fortemente baseado no consenso normativo europeu e no desequilíbrio, de várias ordens, entre as duas partes signatárias, condiciona sobremaneira o erigir de uma parceria que se quer que sobrepuje a ligação doador/recetor.<sup>136</sup>

Não obstante ser um apêndice do AC, a PE veio trazer um novo alento às relações de cooperação entre as duas entidades focando, pela primeira vez, interesses partilhados

---

<sup>135</sup> BARROS, Nilton P. (2011) "A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde" trabalho de Investigação de Mestrado, Academia Militar, Lisboa.

<sup>136</sup> MONTEIRO, Maria (2011) "Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?", Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

pelas duas partes. É neste espírito que se avançou com o projeto da Parceria para a Mobilidade. Indubitavelmente, qualquer arranjo que permita tornar mais seguras as fronteiras de um Estado, deve granjear simpatia tanto dos governantes como de todos os cidadãos. Contudo, este projeto só será benéfico para Cabo Verde se conseguir, efetivamente, aumentar a segurança fronteiriça deste país. O mesmo é especialmente importante para a Europa porque lhe permite, se não erradicar, pelo menos amainar as ameaças dirigidas à Europa via Cabo Verde. (MONTEIRO 2011)

Relativamente às ações concretas de cooperação entre as duas partes, elas continuam a ser desenvolvidas através de um Programa Estratégico de Cooperação e do Programa Indicativo Nacional, com a duração de 5 anos, os quais definem os programas a serem levados a cabo, pesem embora alguns ajustes no mecanismo de financiamento e a existência de um Plano de Ação que norteia as ações a serem acordadas.<sup>137</sup>

### **IV.3. OS GRANDES OBJETIVOS DA PARCERIA ESPECIAL ENTRE CABO VERDE E A UNIÃO EUROPEIA**

Pelo facto da Parceria Especial não se centrar no tradicional quadro de ajuda ao desenvolvimento de Cabo Verde, mas sim na defesa dos interesses comuns deste e da UE, ambas as partes beneficiam com esta cooperação reforçada.

No que toca à UE, ela valoriza a cooperação com parceiros, como é o caso de Cabo Verde, que sejam aliados na luta contra desafios globais e que partilhem os seus valores democráticos e os traduzam em políticas bem-sucedidas para o desenvolvimento sustentável.<sup>138</sup>

Relativamente a Cabo Verde, a Parceria Especial pretende constituir um instrumento de apoio ao processo de *desenvolvimento (nivelamento)* do país, em consonância com a Estratégia de Transformação de Cabo Verde. Esta estratégia visa a edificação de uma economia aberta, estável, com uma qualidade elevada de gestão e baseada em normas, mecanismos e instrumentos que melhorem a credibilidade interna e

---

<sup>137</sup> MONTEIRO, Maria (2011) “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>138</sup> [https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/caderno\\_versao\\_pdf.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/caderno_versao_pdf.pdf)

externa do seu funcionamento, sintonizando o sistema económico cabo-verdiano com o europeu. Além disso, a parceria oferece a Cabo Verde uma oportunidade ímpar de alcançar um patamar mais elevado nos domínios da governação, da segurança e estabilidade, da transformação e modernização e de melhorar as condições de acesso ao conhecimento e à informação. Trata-se de um processo vital para o objetivo de elevação do desempenho das infraestruturas institucionais, visando facilitar as trocas comerciais, sobretudo na expectativa de Cabo Verde se desenvolver como um país provedor de serviços especializados. Ela deve ainda criar espaço para a absorção de uma cultura que conjugue o dinamismo com a criatividade e seja capaz de se aliar e estabelecer parcerias entre investidores externos e nacionais, assim como a melhoria da rede de infraestruturas. Nesse quadro, o aproveitamento das capacidades e do conhecimento de que a nossa diáspora é detentora, assim como as possibilidades que a integração regional oferece, constituem fatores importantes a se ter em conta.<sup>139</sup>

Portanto, para Cabo Verde, a chave-mestra desta parceria resume-se em proporcionar estabilidade e desenvolvimento sustentável, governativo e securitário a Cabo Verde, com vista a cumprir o estipulado no art.º 7º da Constituição da República de Cabo Verde, a qual consagra que a preservação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, bem como os seus deveres, são tarefas fundamentais do Estado.<sup>140</sup>

A transformação que Cabo Verde preconiza requer a absorção gradual de normas mais modernas e sofisticadas de convivência coletiva, de governação e de gestão. Isto porque, a experiência mostra que, cada vez que países menos desenvolvidos absorvem valores universais que orientam a conduta coletiva e padrões mais modernos e sofisticados de funcionamento e gestão, quando associados a uma dinâmica de crescimento contínuo com impacto na melhoria do bem-estar dos cidadãos, o salto qualitativo que daí resulta é assinalável.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia: “Quadro Orientador para a Implementação”, versão de 23 de outubro de 2008.

<sup>140</sup> SILVA, Nataniel F. (2018) “A Geolocalização de Cabo Verde e os desafios a segurança face as ameaças híbridas: O caso do narcotráfico e o terrorismo.” Dissertação de Mestrado, ISCPSI Lisboa.

<sup>141</sup> Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia: “Quadro Orientador para a Implementação”, versão de 23 de outubro de 2008.

#### IV.4. OS PILARES DA PARCERIA ESPECIAL ENTRE CABO VERDE E A UNIÃO EUROPEIA

A Parceria Especial assenta, originalmente, em 6 pilares, a saber: <sup>142,143,144</sup>

1. **Boa Governação** que visa a consolidação do Estado de direito e a participação da sociedade civil na vida política do país, bem como, o reforço do diálogo político e da cooperação, em especial em matéria de democracia e direitos humanos. São também cobertos a luta contra a violência, integração dos imigrantes em situação regular, luta pelos direitos das crianças e das mulheres e reformas dos sistemas judiciais e das finanças públicas;
2. **Segurança e estabilidade** que incide sobre as vertentes aliadas à segurança interna, segurança marítima, luta contra a criminalidade transnacional organizada (cooperação no âmbito da luta contra o terrorismo, o tráfico de seres humanos e o tráfico de migrantes, o tráfico ilegal de droga e de armas e o branqueamento de capital), gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo a melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país (remessas dos emigrantes) e à luta contra os fluxos ilegais.
3. **Integração regional** que incide na valorização da aproximação de Cabo Verde às RUP e ao resto da UE, intensificando simultaneamente as suas relações com a sub-região da África Ocidental no âmbito da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).
4. **Convergência técnica e normativa** que visa facilitar a aproximação ao acervo legislativo da UE.
5. **Sociedade de conhecimento** que consiste na melhoria das questões ligadas à educação, investigação e tecnologias de informação;
6. **Desenvolvimento e luta contra a pobreza** cujo objetivo é garantir um desenvolvimento sustentado e a redução da pobreza com envolvimento da sociedade civil, do sector privado de Cabo Verde e de todos os Estados-membros. A luta contra a pobreza, nomeadamente através de atividades de

---

<sup>142</sup> Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia: “Quadro Orientador para a Implementação”, versão de 23 de outubro de 2008.

<sup>143</sup> BARROS, Nilton P. (2011) “A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde” trabalho de Investigação de Mestrado, Academia Militar, Lisboa.

<sup>144</sup> Newsletter XIV – Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde

proteção do ambiente e dos recursos naturais, de preservação do ambiente marinho e de cooperação reforçada no domínio da pesca.

Os pilares acima referidos, apesar de em essência não se afastarem muito das áreas de cooperação contempladas no AC, trazem algo de novo à cooperação entre as duas partes, sobretudo no domínio da segurança e convergência normativa, assemelhando-se aos Planos de Ação dos países integrantes da PEV, embora não atingindo o alcance dos mesmos, abrindo caminho para um entendimento verdadeiramente *sui generis* no âmbito das relações externas da UE.<sup>145</sup>

Os eixos de intervenção no âmbito dos pilares definidos encontram-se no Documento quadro “Parceria Especial Cabo Verde – UE: Quadro Orientador para a Implementação”, um documento de natureza política que enquadra e orienta as negociações de implementação da parceria, visando o desenvolvimento e dinamização de cada sector.<sup>146</sup>

O desafio que se apresenta às relações entre Cabo Verde e a União Europeia é sobretudo o de reforçar e aprofundar as suas relações no quadro da Parceria Especial. Trata-se de consolidar a relação entre parceiros em áreas de interesse comum.<sup>147</sup>

Várias ações têm sido realizadas neste sentido, como se pode verificar abaixo:<sup>148</sup>

### **1. Boa Governação**

No âmbito deste pilar, Cabo Verde tem feitos avanços significativos e é tido como um dos países modelos na Sub-região Africana.

### **2. Segurança e estabilidade**

De acordo com NEVES (2015), neste pilar, destaca-se a realização da missão de avaliação dos peritos do SEAE, na qual participaram também os Estados-membros e a Organização Internacional de Polícia Criminal, a Interpol. Ainda, em 2008, foi assinado um novo acordo de Parceria, a Parceria para a Mobilidade, cujo objetivo último consiste no reforço do diálogo político em matérias que dizem respeito à migração.

---

<sup>145</sup> MONTEIRO, Maria (2011) “Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.

<sup>146</sup> [https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/caderno\\_versao\\_pdf.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/caderno_versao_pdf.pdf)

<sup>147</sup> Newsletter XIV – Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde

<sup>148</sup> NEVES, Emeline M. (2015) “Parceria Especial Cabo Verde e União Europeia: O Contributo de Portugal” Relatório de estágio, Universidade do Mindelo, 2015

### **3. Integração regional**

Em relação a este pilar, tem havido encontros regulares nas ilhas da Macaronésia (Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira) e ativação dos mecanismos do FEDER através do MAC (programa da Macaronésia gerida pelas ilhas Canárias). Também faz parte das ações no âmbito deste pilar, a assinatura, em 2014, do Acordo de Parceria Económica Regional entre a UE e a CEDEAO. Além disso, o país beneficia da facilitação para exportar para a UE, desde 2012, livre de quotas e tarifas, no quadro do sistema de Preferências Generalizadas Melhorado, o SPG+.

### **4. Convergência técnica e normativa**

Segundo NEVES (2015), este constitui o grande desafio que Cabo Verde terá pela frente, adequar as instituições cabo-verdianas ao quadro normativo da Europa. Este pilar conta com o lançamento do livro branco que visa facilitar a harmonização técnica de vários sectores entre CV/UE. Os standards de um variado leque de produtos cabo-verdianos são, desta forma, equiparados aos padrões europeus, favorecendo o turismo, o comércio e as exportações cabo-verdianas. Conta-se com o estabelecimento de 3 parcerias, nomeadamente nas áreas de Segurança Alimentar; de produtos farmacêuticos entre a INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. de Portugal e a ARFA - Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares de Cabo Verde; e de qualidade entre o Instituto Português de Qualidade e o Instituto de Gestão de Qualidade e Propriedade Intelectual de Cabo Verde. Também se têm verificado avanços importantes nos sectores da Educação Superior e Energia.

### **5. Sociedade de conhecimento**

No âmbito deste pilar, o Conselheiro da Delegação da UE para Pesquisa e Inovação realizou uma visita a CV para apresentação do programa “Horizonte 2020”, o qual prevê o financiamento de atividades de investigação e inovação à nível mundial, sendo CV um dos participantes. Além disso, CV já participou no Programa de Pesquisa e Inovação, edição 2007/2014, com 9 projetos, financiados pela UE, nas áreas do ambiente, da oceanografia e da biologia marinha. Também houve a nomeação de um novo ponto focal para CV no âmbito dos programas CAAST-NET (*Coordination and Advancement of sub-*

*Saharan Africa-European Union Science & Technology Cooperation Network) Plus, ERASMUS+ (European Region Action Scheme for the Mobility of University Students) e Maire Curie, os quais são de extrema importância para a obtenção de equivalência de diplomas e na mobilidade de alunos, professores e pessoal académico de CV e da UE.*

## **6. Desenvolvimento e luta contra a pobreza**

De acordo com NEVES (2015), neste pilar Cabo verde beneficia do apoio da UE nos setores estratégicos da água e saneamento, saúde, educação e formação profissional, construção de infraestruturas, mas também nos transportes, energia, agro-negócios e turismo, no âmbito do documento de referência “Estratégia de crescimento e redução da pobreza III” do Governo de CV, financiado pelo programa de ajuda orçamental da UE.

O excelente desempenho que Cabo Verde demonstrou na execução do apoio financeiro disponibilizado pela UE, no âmbito da Parceria Especial, fez com que, em 2017, por altura da comemoração dos 10 anos de uma parceria frutífera e bem-sucedida, fossem acordadas três novas áreas de ação prioritária, sendo elas, Investimento, Crescimento e Emprego; Gestão dos Oceanos e Economia azul; e Reforma da Administração Pública<sup>149</sup>.

---

<sup>149</sup> [https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/caderno\\_versao\\_pdf.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/caderno_versao_pdf.pdf)

## **CAPÍTULO V: CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PARCERIA ESPECIAL**

O processo da Parceria Especial, entendido como um processo dinâmico, está em permanente estado de evolução. No próximo mês de novembro, completa o 12º aniversário da sua concretização e pode-se dizer que Cabo Verde alcançou um patamar de relações privilegiadas com a União Europeia e com os respetivos Estados-membros de uma forma geral.

Importa referir que ambas as partes evoluíram muito nos seus contextos políticos, económicos, sociais e culturais e a Parceria Especial tem sabido acompanhar e adequar-se às novas conjunturas que afeta(ra)m tanto Cabo Verde como a Europa. Desde logo, a graduação de Cabo Verde para a categoria dos Países de Rendimento Médio, em 2008, é um desses exemplos que foi bem acompanhado pela UE cujo quadro da Parceria Especial soube enquadrar. As relações entre as partes ultrapassaram a lógica da ajuda pública ao desenvolvimento, concedida pelo Acordo de Cotonou a todos os países do Grupo ACP, trazendo um mecanismo diferenciado de diálogo que, na altura, trouxe efeitos imediatos à ‘condução’ dos assuntos de governação no país (o Grupo de Apoio Orçamental). A seleção de Cabo Verde como país piloto, a par com a Moldávia, para beneficiar de uma Parceria para a Mobilidade foi outro destaque concedido a Cabo Verde tendo em conta o seu percurso confiável nesta matéria.

Convém ainda referir que o diálogo político entre as duas partes passou a ser mais reforçado tanto a alto nível, como a um nível mais técnico, sendo de destacar o vivo interesse e a disponibilidade de Altos Responsáveis nas Instituições da UE em receber Altos Dignitários de Cabo Verde sempre que se mostrasse ocasião. A cooperação bilateral também refletiu este *upgrade* das relações, sendo que os envelopes PIN (Programa Indicativo Nacional) atribuídos a Cabo Verde foram alvo de substanciais aumentos nas dotações financeiras. No quadro das relações comerciais, Cabo Verde passou igualmente a ter um estatuto diferenciado com a atribuição, em 2011, do Sistema Preferencial Generalizado *plus* (SPG+) que se traduziu no acesso preferencial aos produtos cabo-verdianos exportados para o mercado da UE, livre de quotas e serviços. Importante referir que Cabo Verde é o único país do Grupo ACP que beneficia deste regime

comercial o que lhe concede a supressão total dos direitos aduaneiros da UE em mais de 66 % das posições pautais.

O relacionamento de Cabo Verde com a Europa é especial ainda pela solidariedade expressa em vários momentos, pela convergência constante nas suas normas legislativas, pelo ambiente pacífico e de confiança que confere aos cidadãos europeus, seja para visitar (turismo), seja para investir, mas sobretudo pelo facto de CV continuar a partilhar muitos valores democráticos que são comuns às populações num momento de constantes ameaças e incertezas, tanto internas como externas.

É um processo que, pelo fator de proximidade, tende a ser ampliado porque a Europa tem efeitos tangíveis no quotidiano cabo-verdiano e porque Cabo Verde tem um papel especial no quotidiano europeu embora por vezes impercetível.

Na reunião ministerial de 2017, foram introduzidas três novas áreas na Parceria Especial, como já foi referido: Investimento, crescimento e emprego; Governança marítima e oceanos; e Reformas institucionais. Ficou assim clara a necessidade de aprofundar as relações entre as partes em domínios onde existem perspectivas de vantagens mútuas. Afinal isto é uma parceria. Com a introdução desses novos pilares, sobretudo os dedicados à economia azul, ao investimento e Sector Privado, associado à materialização do Plano de Investimento Externo da União Europeia, bem como da Aliança Estratégica Europa/África, irão consubstanciar e dar mais consistência a esta parceria, tornando-a mais benéfica para o país e a respetiva população.

Atualmente, tendo em conta a conjuntura política, económica e social na Europa, sobretudo com a crise dos migrantes/refugiados, o aumento do populismo e dos radicalismos de alguns partidos, as tensões sociais, os resultados do referendo sobre o BREXIT no Reino Unido em 2016, poderá existir alguma possibilidade para se aprofundar ainda mais a Parceria Especial, algo que deve ser analisado em conjunto e que não deve ser no entanto, neste momento, objeto de qualquer especulação.

## V.1. ANÁLISE CRÍTICA

Contudo, “nem tudo o que reluz é ouro”. Existem aspetos duvidosos quanto a existência e necessidade desta parceria com a UE.

No seu Quadro Orientador, a parceria é remetida para as RUP da Macaronésia, com relevância neste caso para Canárias, Madeira e Açores. Observando o que se tem passado de então para cá, aspetos importantes da vida económica, nomeadamente investimentos, aparentemente têm sido operacionalizados através desta Macaronésia. Porém, o lado enganador desta tática “operacional”, é que aqueles arquipélagos são parte de países ricos, que lhes podem dar ajuda suplementar nesta relação com Cabo Verde, um país soberano e pobre. Por trás da aparente aproximação de condições entre Cabo Verde e aqueles arquipélagos, ergue-se uma grande desigualdade entre o primeiro e Espanha e Portugal, os verdadeiros soberanos daquelas RUP.

Dito de outro modo, não há razão nenhuma para se acreditar que os açorianos sejam capazes de gerir a própria companhia de aviação e Cabo Verde não o possa fazer. Mas Portugal pode criar a diferença entre os Açores e Cabo Verde e potenciar o investimento “português-disfarçado-de-açoriano” no sistema de transportes aéreos de Cabo Verde. Além disso, tem meios de pressão (juntamente e através do FMI) sobre Cabo Verde para obrigar à privatização dos transportes, donde será ele a tirar benefício. O mesmo se pode dizer das Canárias (Binter) que se apoia no Estado Espanhol.

Por este lado, não se escapa à ideia de uma “PARCERIA ENTRE DESIGUIAS”, o que é uma contradição em termos, e neste caso remete o uso do conceito de “parceria” para uma mera operação ideológica, isto é, um vocabulário que disfarça a realidade que é um contrato de domínio da economia cabo-verdiana, ou pelo menos de setores estratégicos da economia cabo-verdiana, pelos países (ricos) da UE, nomeadamente dos países ibéricos, como é neste momento o caso dos transportes aéreos e marítimos. Claro que nada disto é possível sem a classe dirigente cabo-verdiana.

O caso das pescas tem sido paradigmático, com as exportações dominadas por uma empresa espanhola (e um monopólio não se constitui sempre pelas estritas regras do Estado de Direito e, uma vez constituído não os respeitará sempre...); mais paradigmático nas pescas, foi sobretudo a assinatura de contrato de pescas com a União Europeia, em que um deles chegou valer a Cabo Verde apenas oito mil contos (72.552,49 euros). A

questão da fiscalização dos barcos da UE operando no mar caboverdiano veio ao de cima há tempos com uma evidente sobre-pesca do tubarão. Isto remete para as condições e meios de que Cabo Verde (não) dispõe, havendo por isso condições de pilhagem do mar, como foi indiciado pela sobre-pesca de tubarões.

Ainda sobre o mar, não se deverá descurar as investigações feitas pelas universidades desses países, sem a participação de universidades caboverdianas, pois o conhecimento que elas adquirem lhes dará uma vantagem enorme quando se tratar de negociações entre os seus países e Cabo Verde, envolvendo espécies marinhas e outras situações, sem contar que essa eventual ausência das universidades caboverdianas poderá potenciar a prazo um aniquilamento dos profissionais caboverdianos enquanto tal e, no imediato, menor número de postos de trabalho para eles.

Nestes aspectos, a Parceria tem pilares bem coxos e não poderia ser de outro modo, já que se trata de um “ACORDO entre DESIGUAIS”, e, em matéria internacional, o próprio Direito é o “Direito da força” (económica, política, incluindo influência nos média internacionais, e militar). A capacidade de pressão sobre Cabo Verde é enorme e permite-lhes, no limite, até ignorarem aspectos dos Acordos.

Mas, mais coxa parece ser a questão da mobilidade. Como se imagina, uma “circulação facilitada”, para não falar abertamente de livre-circulação, é do máximo interesse para Cabo Verde. Mas este lado não anda. Nem poderia andar. Como acreditar que a UE iria facilitar a vida aos cabo-verdianos, se ela fecha as suas fronteiras até mesmo a refugiados de guerra e outros. A circulação de cabo-verdianos na UE continua na mesma, expectuando uma completa abertura de CV em favor da entrada dos cidadãos europeus no território caboverdiano.

Mais ainda, no caso desta “parceria” com CV, a mobilidade é posta sob o signo do Pilar da “Segurança e Estabilidade” forma de também fazer Cabo Verde participar do filtro à aproximação de refugiados em relação à Europa, o que é em primeira mão uma decisão política e interesse da própria UE.

Todavia, se a questão realmente em pauta fosse um problema de segurança contra o tráfico de pessoas, é evidente que (i) o grosso de traficantes está longe de CV; (ii) os países da UE sabem onde eles estão ou têm os meios materiais e humanos para os localizar; (iii) também têm os meios de levar à sua captura.

Apesar das limitações aventadas, a PE também apresenta imensas oportunidades, com novas e renovadas áreas de cooperação, cujo aproveitamento depende não só da gestão cabo-verdiana do dossier como das capacidades de absorção do país. Uma maior aproximação à UE pode, inclusive, galvanizar as relações com os Estados da União a nível bilateral, tanto com aqueles que tradicionalmente mantêm uma relação com Cabo Verde, como com aqueles que estão a começar a descobrir as ilhas.

## **V.2. O APROFUNDAMENTO DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE: O CAMINHO A SEGUIR**

Como referido antes, trata-se de um processo dinâmico e em permanente estado de evolução, a qual deve-se procurar melhorias sempre. A Parceria prevê três níveis de concertação - local, técnico e político - e em cada um desses momentos procura melhorar e dar respostas com vista aos objetivos traçados.

O pilar da governação continua a ser um desafio permanente, no domínio de questões relacionadas com a qualidade e capacidade dos serviços públicos nacional e local. Valores comuns unem a UE e CV no quadro de uma estreita cooperação, em matéria de igualdade de género e empoderamento das mulheres. São necessários projetos de prestação de serviços sociais à sua população e mais atenção nos setores da saúde e da educação.

São necessárias alterações de organização do pilar da segurança, em matéria de segurança marítima, particularmente na luta contra o tráfico de droga e contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada na África Ocidental, domínios nos quais Cabo Verde fez esforços louváveis. Cabo Verde é igualmente um parceiro fundamental para a implementação da Estratégia da UE para o Golfo da Guiné e o seu respetivo plano de ação. Há necessidade de intensificar o trabalho conjunto em aspetos relacionados à cibersegurança e a cibercriminalidade em todas as suas dimensões, devido ao aumento de ciberataques à nível mundial. Em suma, trata-se de um pilar com forte potencial para intensificar os esforços comuns visando enfrentar as ameaças à segurança regional e interna, incluindo a criminalidade relacionada com a droga e a criminalidade comum.

O pilar da integração regional tem significativo progresso realizado para a integração na Macaronésia visto o desejo das regiões ultraperiféricas da UE (Madeira, Açores e Canárias) de reforçar a cooperação e promover as relações com Cabo Verde no âmbito do programa de cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Contudo, tem conhecido pouca dinâmica, mas Cabo Verde esforça e reconhece a importância da integração regional na África Ocidental e o papel da CEDEAO neste âmbito. É necessário que CV, sendo um país pequeno e pobre, empenhar-se em continuar a apoiar estes esforços para dar resposta aos desafios políticos e de segurança da região, bem como assegurar a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em África e na Europa.

A governação dos oceanos, o ordenamento do espaço marítimo, a economia azul e os assuntos marítimos têm sido de facto parte da cooperação bilateral desde o início e tornaram-se prementes para a UE, inclusive no quadro da sua ação externa. Devido a sua posição geográfica específica e a sua experiência, Cabo Verde representa um parceiro valioso com grandes potencialidades neste domínio. Com base nos atuais acordos de parceria sobre a pesca sustentável e outras atividades da UE e dos seus Estados-membros em curso com Cabo Verde, é de interesse aprofundar a cooperação neste domínio. Para um pequeno Estado insular em desenvolvimento como Cabo Verde, o desenvolvimento da Economia Azul e a Governação internacional dos oceanos torna-se cada vez mais premente para o crescimento económico sustentável do país.

No setor da pesca, espera-se encontrar uma solução sustentável e previsível para a situação atual sobre as regras de origem que requer um ambiente comercial mais atrativo e melhor ambiente fiscal e jurídico. Neste contexto, é importante promover ainda mais a cooperação entre operadores económicos. O Protocolo ao Acordo de Parceria UE-CV no domínio da pesca sustentável poderia beneficiar de uma abordagem mais integrada para incluir aspetos relacionados com a economia azul e promoção de investimentos no setor pesqueiro.

Encorajar o crescimento económico, os investimentos e a criação de emprego, são elementos fundamentais para a redução da pobreza e para o desenvolvimento sustentável. É uma prioridade comum para a UE e para Cabo Verde. Este pilar merece mais atenção e análise de que é possível melhorar o ambiente de negócios em Cabo Verde onde os investidores da UE desempenham um papel muito importante, concentrar esforços

conjuntos na melhoria das condições para atrair investimento estrangeiro para Cabo Verde, nomeadamente no setor do turismo e para diversificar a economia do país, incluindo através de um maior desenvolvimento da sua economia azul, com vista a aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Plano de Investimento Externo Europeu.

No âmbito dos pilares da Sociedade do Conhecimento e da Convergência Técnica e Normativa deve-se continuar, aprofundar e alargar esta cooperação mutuamente benéfica, dado o papel positivo da Ciência, Tecnologia e Inovação no sentido de uma sociedade do conhecimento incluindo através do 7º Programa Quadro anterior e o atual Programa Quadro Horizonte 2020. Neste sentido, é fundamental estar-se consciente da relevância desse pilar a nível regional enquanto parceiros no âmbito do diálogo estratégico de alto nível entre a UE e África nos domínios da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os assuntos relacionados com a migração e a mobilidade têm conhecido pouca dinâmica sendo necessário algumas alterações nos mecanismos da Parceria para a Mobilidade UE-CV e a boa aplicação dos acordos de facilitação de vistos e de readmissão. No contexto regional, reconhecem-se as medidas tomadas por Cabo Verde para adotar uma legislação pertinente e ações concretas para lutar contra a imigração clandestina e garantir a segurança das suas fronteiras internas. O Centro Comum de Vistos (na Cidade da Praia), que reúne atualmente 17 países do espaço Schengen, é uma das iniciativas emblemáticas da Parceria para a Mobilidade e contribui para melhorar de forma concreta a mobilidade dos cidadãos de Cabo Verde para a UE de forma transparente e regulamentada.

## CAPÍTULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho debruçou-se sobre a importância geoestratégica de Cabo Verde, as potencialidades e as perspectivas de elaboração e implementação pelo Estado cabo-verdiano de uma Parceria Especial com a União Europeia, tendo em conta as necessidades e objetivos da UE, a posição geoestratégica de Cabo Verde na encruzilhada do Atlântico Médio, e o contexto histórico, social e político do país.

A evolução do relacionamento entre Cabo Verde e a UE obedece a mutação da própria conjuntura internacional e conseqüentemente o paradigma relacional entre a África e a Europa. A globalização, nas suas variadas vertentes, tem engendrado um conjunto de valores sustentados por uma classe hegemónica internacional que os impõem aos demais e onde a UE transformou-se ela mesma numa força hegemónica.

Esta parceria reflete uma opção estratégica acertada da política externa cabo-verdiana que, perante adversidades e circunstancialismos internos (sobretudo no que concerne à sua exiguidade territorial), tenta maximizar as suas reais potencialidades, ancorando-se num espaço dinâmico e estável, política e economicamente.

A graduação de Cabo Verde, apesar de persistentes fragilidades, à categoria de PRM acarreta várias conseqüências, sobretudo de índole económica e político-diplomática.

A Parceria Especial ultrapassa os termos do Acordo de Cotonou ao expandir as áreas de cooperação entre as partes e adotar um plano de ação com duração indeterminável, ao contrário do referido acordo que é válido por um período de 20 anos. Todavia, não atinge o nível preferencial da Política Europeia de Vizinhança, o qual tem mecanismos e instrumentos de cooperação mais alargados em termos de benefícios.

Em suma, as motivações que estiveram na base da parceria foi e é a partilha de valores e de interesses comuns tais como os princípios da democracia, do Estado de Direito, defesa e valorização dos direitos humanos, boa governação e luta contra o tráfico ilícito e a migração ilegal. As excelentes relações existentes com os então parceiros tradicionais de CV, como Portugal, França, Luxemburgo e Itália, e o ensejo de ultrapassar o tradicional quadro de ajuda ao desenvolvimento e dar uma outra dimensão a essas relações ditaram o estabelecimento da Parceria Especial UE-CV, em 2007.

É um processo construtivo de afirmação do país no domínio das relações externas e que irá contribuir para o desenvolvimento do país, processo de integração regional junto da CEDEAO, integração na região da Macaronésia de que faz parte, bem como uma maior projeção internacional enquanto parceiro privilegiado, e que certamente contribuirá para a integração da diáspora residente na Europa.

Posto isto, a hipótese que orientou o presente trabalho centrou-se no facto de que a União Europeia, enquanto parceira estratégica no desenvolvimento de Cabo Verde, constitui uma realidade estável à prossecução da política externa de CV. Isto porque a Parceria Especial CV/UE constitui um desafio estratégico da política externa de CV, primeiramente pelo seu relacionamento *sui generis* no quadro das relações externas da UE, em que pretende ultrapassar a mera relação de doador-beneficiário e abarcar outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento, de modo a permitir um grau de cooperação significativamente maior, que possibilite CV participar progressivamente em algumas políticas e programas da UE. CV, tal como a UE, defende valores como a democracia, a defesa dos direitos humanos a boa governação, Estado de direito democrático, promove a paz, a segurança e luta contra o terrorismo e criminalidade. A parceria pretende valorizar a vocação de Cabo Verde para uma aproximação às RUP e o resto da UE, intensificando simultaneamente as suas relações com a sub-região da África Ocidental no âmbito da CEDEAO.

Neste sentido a pesquisa partiu de duas perguntas de partida, nomeadamente:

- “De que modo a posição geoestratégica de Cabo Verde poderá contribuir para aprimorar a cooperação com a União Europeia?” e
- “Sendo a política externa um meio para os Estados atingirem seus objetivos no cenário internacional, qual a importância da Parceria Especial tanto para Cabo Verde como para a União Europeia?”.

A localização do arquipélago continua a ser estratégica. A importância estratégica de Cabo Verde contribui para o relacionamento com o bloco europeu nos domínios securitários, nomeadamente, na luta contra o tráfico de drogas e estupefacientes, no combate à imigração ilegal e clandestina e na luta contra a pesca ilegal e não regulamentada. Desta forma, parece ser legítimo pensar que a importância deste país no mundo globalizado voltou a ser estratégico para o Ocidente, à semelhança daquilo que já foi no século XV/XVI.

Do ponto de vista cabo-verdiano, Cabo Verde tem tudo a ganhar com a Parceria Especial. Desde logo, ganha projeção em termos de modelo de desenvolvimento sustentável e boa governação, ganha *'lessons learned'* de um modelo de integração regional que, embora enfrente desafios dada a realidade diferente nos dias de hoje, não deixa de ser um bom exemplo em termos monetários (moeda única), de circulação de bens e mercadorias e em termos de conhecimento e inovação. Por outro lado, ganha em termos de credibilidade em termos de segurança, *"latus sensus"*. Graças, em parte, à Parceria Especial, as instituições nacionais, passaram a ser vistas com outros olhos. São consideradas credíveis pelas instâncias internacionais, embora têm ainda muito caminho pela frente.

Estando a falar de uma “parceria”, é obvio que há vantagens para o lado europeu pois Cabo Verde é o destino que recebe maioritariamente turistas europeus; é o principal mercado recetor de produtos provenientes de Cabo Verde; o exemplo de boa governação e respeito pelo Estado de Direito que Cabo Verde transmite entre os seus pares, faz com que a Europa explique melhor aos seus cidadãos que o investimento neste ‘relacionamento especial’ faz a diferença no cômputo geral. Dado ao seu comprometimento para com a luta contra o tráfico de drogas, Cabo Verde tem sido um parceiro permanente da Europa na luta contra esta ameaça transnacional. A questão da segurança das fronteiras tem sido outro domínio em que se verifica a vantagem da Europa ter um parceiro como Cabo Verde pelo facto das autoridades nacionais partilharem a preocupação com o reforço securitário das suas fronteiras, quer aéreas, quer marítimas.

Se se pensar em todos os pilares identificados, certamente haverá muitos objetivos por se atingir. Mas muitos já foram alcançados: um quadro económico/monetário estável (no fundo obtido desde 1998 com o Acordo cambial – e que hoje permite a paridade fixa com o euro), um quadro migratório estabelecido (com os Acordos UE Facilitação Vistos /Readmissão e a existência de um Centro Comum de Vistos); um nível de convergência normativa elevado (com várias leis e normas equiparados aos padrões europeus); um esforço constante para a adequação em termos de sociedade do conhecimento e inovação; a luta constante pela erradicação da pobreza; o reforço da cooperação administrativa e judicial, entre outros.

Conclui-se que Cabo Verde obteve ganhos assinaláveis em várias áreas, nomeadamente a nível económico, político, social e cultural, sobretudo os sucessos conseguidos a partir 2005 perante os desafios apresentados já mencionados. Pois, é vital

para um país com características como Cabo Verde, fazer uma política externa de afirmação do mundo, através de uma participação ativa na cena internacional, em que a boa governação e a estabilidade são capitais precisos para a sua afirmação no mundo e para a construção das parcerias e alianças necessárias para o seu desenvolvimento.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Viviane (2015) “**Os Desafios da Política Externa de Cabo Verde: O caso da Parceria Especial com a UE**” Universidade do Mindelo, Trabalho de Monografia, Mindelo.
- AFONSO, Maria M. e FERNANDES, Ana P. (2005), “**abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**”, Lisboa Instituto Marquês de Valle Flôr e OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento;
- BARBOSA, André T. «**Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: geopolítica, geoestratégia e importância para a Lusofonia**». In Working Papers: Linha de Investigação: Europa, Segurança e Migrações.
- BARROS, Nilton P. (2011) “**A União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde**” trabalho de Investigação de Mestrado, Academia Militar, Lisboa.
- BORGES, Victor (2007), “**A UE e África: em Busca da Parceria Estratégica**”, in: Franco Manuel (Org.), A UE e África: Em Busca de Parceria Estratégica, Lisboa: Livraria Almedina.
- BUGIA, João M. da Silva (2014), “**A Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia: Portugal País Atlântico ou País Europeu**”, Dissertação de Mestrado, Lisboa 2014
- CARREIRA, António (1976) “**Migrações nas ilhas de Cabo Verde**” 1ª Edição Universidade Nova Lisboa.
- CARREIRA, António (1983) “**Migrações nas ilhas de Cabo Verde**” 2ª Edição Instituto Cabo-verdiano do Livro, Lisboa
- COMISSÃO EUROPEIA (2007). “**A União Europeia no Mundo – A Política Externa da União Europeia**” Direção Geral de Comunicação
- COMISSÃO EUROPEIA (2013), “**Compreender as Políticas da União Europeia: Como funciona a União Europeia**”, Direção-geral, Bélgica 2013
- COSTA, Olivier (2017), “**A União Europeia e sua Política Exterior: História, Instituições e Processo de Tomada de Decisões**”, Brasília, 2017

- COSTA, Suzano F. (2012): **“A Política Externa de Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, Europa e as Américas”**.
- COSTA, Suzano F. (2007) **“Cabo Verde e a Integração Europeia: A construção ideológica de um espaço imaginário”** Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- COSTA, Suzano F. (2009), **“Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas de Integração”**, Lisboa, FCSH-UNL, Dissertação de Mestrado.
- COSTA, Suzano F. (2011) **“A Política Externa Cabo-verdiana e a União Europeia: Da coerência dos princípios ao pragmatismo de ação”**. in Luca Bussotti & Severino Ngoenha (Org.), "Capo Verde Dall' Indipendenza a Oggi: Studi Post-Coloniali".
- COUTINHO, Kathleen R. G. (2015) **“A política externa de Cabo Verde (1975-1990): Uma análise da configuração e atuação da política externa de Cabo Verde durante a Guerra-Fria”**, trabalho de Monografia, Universidade de Brasília, Fevereiro 2015.
- COVAS, António (2017), **“União Europeia: Uma breve história do futuro para um governo dos bens comuns europeu”**; Associação Portuguesa dos estudos europeus, Faro 2017
- DELGADO, José Pina; VARELA, Odair Barros; COSTA, Suzano. (2014) **“As Relações Externas de Cabo Verde. (Re)Leituras Contemporâneas”**. Praia. Editora ISCJS, 2014
- DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF, Robert L. (2003) **“Relações Internacionais – As teorias em confronto”**, Gradiva.
- DUARTE, José Armando (2004), **“As Relações Externas de Cabo Verde na Região da África Ocidental e os Quadros Regionais de Cooperação da União Europeia”** in: Cabo Verde - um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, Revista Estratégia, nº 20, IEEI, Cascais: Principia.
- EIDT, Francis Puhl (2011) **“Política Externa e Segurança Comum da União Europeia – Um jogo de três níveis: Uma visão da análise de Política Externa”** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2011

- ESCORREGA, Luís C. F, Tenente Coronel. (2010) **“Da Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no Atual Contexto Estratégico”** Revista Militar N.º 2497/2498 - Fevereiro/Março de 2010, pp 203 - 239.
- ÉVORA, Iolanda (2010) **“A diáspora cabo-verdiana: perceções e redefinições a partir do arquipélago”** CEA, ISCTE/IUL Lisboa
- FERGUSON, Yale e MANSBACH, Richard (1996), **“A Política Externa e de Segurança Comum e a Política Europeia de Segurança e Defesa”** PUC-RIO
- FERREIRA, Lígia Évora, (1997) **“Cabo Verde”** Universidade Aberta, Lisboa 1997
- FERREIRA, Patrícia M. (2011) **“Cabo Verde: Pescas e Migrações. A outra face da moeda: O impacto das políticas da União Europeia em Cabo Verde”** disponível em <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/01/EstudoCaboVerde.pdf> consultado em 29 de Julho
- FONSECA, Homero (2016) **“O Papel da Cooperação Bilateral Cabo Verde/Luxemburgo em Santo Antão, nos anos 90 do séc. XX”** Universidade do Mindelo, Trabalho de Monografia, Mindelo.
- FONSECA-STATTER, Guilherme. (2012) **“Cooperação Internacional para o desenvolvimento, Variações incorretas sobre um tema politicamente correto: O Caso da África Sub-sahariana”** (versão provisória) disponível em [http://resistir.info/livros/statter\\_cooperacao\\_internacional.pdf](http://resistir.info/livros/statter_cooperacao_internacional.pdf)
- GOIS, Pedro. (2006) **“Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão”** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- GONÇALVES, António M. (2010) **“Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008”** Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa 2010.
- GONÇALVES, Williams **“As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas”** in Pina Delgado, José, Varela Barros, Odair & Costa, Suzano (orgs) 2014
- GONÇALVES, Williams **“Relações Internacionais”** disponível em [http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos\\_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf) consultado á 10 Julho 2019

- GRAÇA, José Leitão da (2007), “**Trinta Anos de Independência: do Estado Unipartidário ao Estado Democrático**”, in: Jorge Carlos Fonseca (Org.), Cabo Verde - Três Décadas Depois, Praia, Revista Direito e Cidadania, Ano VIII, Nº Especial.
- HUDSON, Valerie (2007) “**Foreign Policy Analysis, Classic and Contemporary Theory**”. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers.
- JÚNIOR, António M. e MATOS, Morgana de (2006), “**Introdução às Relações Internacionais**” – Livro Didático, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, UniVisual.
- JÚNIOR, Paulo M. (2007), “**Cabo Verde: do Subdesenvolvimento Profundo à Graduação ao Grupo do PRM**”, in: Jorge Carlos Fonseca (Org.), Cabo Verde - Três Décadas Depois, Praia, Revista Direito e Cidadania, Ano VIII, Nº Especial.
- LEITE, Isabel C. (2004), “**Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua Estratégia de Desenvolvimento**”, Comunicação apresentada na Conferência Internacional Ásia/África, Porto, UFP
- MADEIRA, João P. (2015) “**Nação e Identidade: A Singularidade de Cabo Verde**” Tese de Doutoramento, ISCSP-UL, Lisboa.
- MATOS, Antero de “**Os Desafios da Segurança Marítima na África Ocidental: uma Perspetiva de Cabo Verde**” In Segurança em África, Instituto Defesa Nacional nº131
- MONTEIRO, Éder N. (2009), “**A Política de Cooperação em Cabo Verde**”, Dissertação para a obtenção de Mestrado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa 2009
- MONTEIRO, Maria Isabel G. (2011) “**Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: Uma mudança de paradigma nas Relações Cabo Verde e UE?**”, Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa 2011.
- NEVES, Emeline M. (2015) “**Parceria Especial Cabo Verde e União Europeia: O Contributo de Portugal**” Relatório de estágio, Universidade do Mindelo, 2015

- NEVES, José Maria (2004) “**As Relações Externas de Cabo Verde: o Caso da União Europeia**”, in: Cabo Verde - um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, Revista Estratégia, nº 20, IEEI, Cascais: Principia.
- OLIVEIRA, Sérgio “**Cabo Verde: Potencialidades e Fragilidades no Entorno Estratégico Marítimo Brasileiro**” disponível em [https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino\\_e\\_pesquisa/defesa\\_academia/cadn/XV\\_cadn/cabo\\_verde\\_potencialidades\\_e\\_fragilidades\\_no\\_entorno\\_estrategico\\_maritimo\\_brasileiro.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/XV_cadn/cabo_verde_potencialidades_e_fragilidades_no_entorno_estrategico_maritimo_brasileiro.pdf) consultado á 17 Julho 2019
- ROCHA, José Luís (2010) “**As Parcerias Estratégicas no Centro da Política Externa de Cabo Verde**” Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde. Praia
- SILVA, Nataniel F. (2018) “**A Geolocalização de Cabo Verde e os desafios a segurança face as ameaças híbridas: O caso do narcotráfico e o terrorismo.**” Dissertação de Mestrado, ISCPSI Lisboa.
- SILVA, Rita C. R. Coelho da (2011), “**Direito da União Europeia: As Origens da União Europeia**”, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Março 2011
- UNIÃO EUROPEIA (sem data) “**União Europeia: Como surgiu a União Europeia**”, disponível em <http://www.esar.edu.pt/be/ficheiros/Recursos/Economia/Uniao%20Europeia.pdf>
- VARELA, Odair B. (2005) “**Cabo Verde um desafio Teórico-Pragmático ou um caso singular?**” Artigo baseado no Capítulo VI da Dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra intitulada: «Para Além de Vestefália e Cosmópolis: Que Governação para os Estados ‘Frágeis’, ‘Falhados’ ou ‘Colapsados?’» (Junho de 2005).
- VIEIRA, Adelina (2012) “**Política Externa Contemporânea de Cabo Verde: a Aposta na Política Externa como Motor de Desenvolvimento**”. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior
- \_\_\_\_\_ (2001) “**As grandes opções do plano: Uma agenda estratégica**” Conselho dos Ministros, República de Cabo Verde, Outubro de 2001.

\_\_\_\_\_ (2007), “**A Economia Cabo-Verdiana 30 anos Após a Independência: uma Transição Difícil**”, in: Jorge Carlos Fonseca (Org.), Cabo Verde - Três Décadas Depois, Praia, Revista Direito e Cidadania, Ano VIII, N° Especial.

\_\_\_\_\_ “**As Relações Externas da União**” in Parlamento Europeu, ver em [www.europarl.europa.eu/factsheets/pt](http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt)

\_\_\_\_\_ (2007) “**A União Europeia as relações com África**” in EuroDefense-Portugal, Lisboa, novembro de 2007

\_\_\_\_\_ (2013) “**Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde**”, Newsletter XIV – disponível em <http://sites.ipleiria.pt/coerenciav/files/2013/05/newsletter-14-numero-especial.pdf>

\_\_\_\_\_ (2017) “**Parceria Especial União Europeia – Cabo Verde: que benefícios para os cidadãos?**” disponível em [https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/caderno\\_versao\\_pdf.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/caderno_versao_pdf.pdf)

\_\_\_\_\_ (2008) “**Quadro Orientador para a Implementação**”, Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia: versão de 23 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_ “**Comunicado conjunto (Parceria Especial UE/Cabo Verde)**” disponível em [https://eeas.europa.eu/delegations/cabo-verde/33679/comunicado-conjunto-parceria-especial-uecabo-verde\\_pt](https://eeas.europa.eu/delegations/cabo-verde/33679/comunicado-conjunto-parceria-especial-uecabo-verde_pt)

Informações Gerais sobre Cabo Verde, disponível em <http://www.conscv.nl/pt/cabo-verde/informacoes-gerais-sobre-cabo-verde> consultado á 10 Julho 2019

História de Cabo Verde, disponível em <https://www.governo.cv/o-arquipelago/historia/> consultado á 10 Julho 2019

África: A diáspora cabo-verdiana que está em Portugal é a que «mais contribuiu» para o desenvolvimento de Cabo Verde, disponível em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/africa-a-diaspora-cabo-verdiana-que-esta-em-portugal-e-a-que-mais-ontribuiu-para-o-desenvolvimento-de-cabo-verde/> consultado a 9 Julho

Acordo de Cotonu, disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cotonou-agreement/> consultado a 19 Julho

Política Europeia de Vizinhança, disponível em [https://ec.europa.eu/europeaid/regions/regiao-abrangida-pela-politica-europeia-de-vizinhanca-da-ue-e-russia\\_pt](https://ec.europa.eu/europeaid/regions/regiao-abrangida-pela-politica-europeia-de-vizinhanca-da-ue-e-russia_pt) consultado a 5 Agosto

A Política de Cooperação em Cabo Verde, disponível em <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2524/1/A%20Pol%C3%ADtica%2> consultado a 3 Julho